

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 034

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 09 DE ABRIL DE 2001

ANO XXVII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PTB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PSDB

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSL

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Algaci Tulio</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>
<i>PL</i>	<i>Serafina Carrilho</i>
<i>PSB</i>	<i>Moysés Leônidas</i>

Representação Partidária

PFL - 10: Custódio da Silva - Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielese - Durval Amaral - Elio Rusch - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Traiano - Algaci Tulio - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus (licenciado) - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PSL - 04: Antonio Carlos Belinati - Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PDT - 02: Eli Ghellere - Luiz Carlos Zuk; PL - 02: Antonio Baratter - Pastor Edson Praczyk (licenciado) - Serafina Carrilho; PSB - 02: Moysés Leônidas - Ricardo Maia; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PSC - 01: Miltinho Pupio.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 23ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
09 DE ABRIL DE 2001**

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Nelson Tureck e Antonio Anibelli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Ângelo Vanhoni, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Basílio Zanusso, Beraldin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Custódio da Silva, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Eli Ghellere, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moysés Leôndas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Plauto Miró Guimarães, Renato Gaucho, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofício:

OFÍCIO

Curitiba, 05 de abril de 2001.

Senhor Presidente.

Informo que o projeto de lei de autoria do deputado Eli Ghellere que concede o título de Cidadão Hono-

rário do Estado do Paraná ao senhor Arlindo Mosé Cavalca, está em acordo com a nova norma, e o mesmo encontra-se dentro da cota do PDT.

Sala das Sessões, em 09.04.2001.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

Líder do PDT

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 855

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência, ao Projeto de Lei nº 105/2001, de nossa autoria, que autoriza a imprensa oficial do Estado, isentar da taxa de publicação no Diário Oficial, os estatutos ou alterações destes, das entidades filantrópicas que sejam declaradas de Utilidade Pública.

Sala das Sessões, em 09.04.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O Regime de urgência que estamos solicitando, é uma necessidade para podermos obter a isenção da taxa de publicação no Diário Oficial do Estado, dos estatutos ou alterações destes, das entidades filantrópicas declaradas de Utilidade Pública.

REQUERIMENTO Nº 860

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário Regime de Urgência, ao Projeto de Lei nº 068/2001 - que revoga a Lei nº 7.826, que alterou o Código da Polícia Militar.

Sala das Sessões, em 09.04.2001.

(a) RICARDO CHAB

REQUERIMENTO Nº 843

Senhor Presidente.

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário que seja marcada a Sessão Ordinária de quarta-feira dia 11 do corrente, no período matinal.

Sala das Sessões, em 09.04.2001.

(aa) WALDYR PUGLIESI

Líder da Oposição

DURVAL AMARAL

Líder do Governo

REQUERIMENTO Nº 825

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente, REQUER, o arquivamento do Projeto de Lei nº 04/2001, de sua autoria, que revoga a Lei nº 12.355/98.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o regimento Interno, desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 09.04.2001.

(a) TONY GARCIA

Apoioamento:

Caíto Quintana, Orlando Pessuti, Cezar Silvestri, Ademir Bier, Waldyr Pugliesi, Algaci Túlio e Marcos Isfer.

REQUERIMENTO Nº 828

Senhor Presidente.

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente, REQUEREM, o arquivamento do Projeto de Lei nº 091/2001, que proíbe, a venda, transferência ou a alienação de todos os setores, serviços, obras, equipamentos ou concessões de geração e transmissão de energia elétrica pelo Estado do Paraná ou pelos órgãos da administração indireta.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Regimento Interno, desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 09.04.2001.

(aa) CEZAR SILVESTRI

MARCOS ISFER

Apoioamento:

Tony Garcia, Caíto Quintana, Algaci Tulio, Orlando Pessuti, Ademir Bier e Ângelo Vanhoni.

REQUERIMENTO Nº 829

Senhor Presidente.

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente, REQUEREM, o arquivamento do Projeto de Lei nº 013/2001, de autoria do deputado Orlando Pessuti e outros, que revoga a Lei nº 12.355/98, e dá outras providências.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Regimento Interno, desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 09.04.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoioamento:

Tony Garcia, Caíto Quintana, Algaci Tulio, Marcos Isfer, Ângelo Vanhoni, Cezar Silvestri, Waldyr Pugliesi e Ademir Bier.

REQUERIMENTO Nº 857

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente, REQUER, que a Presidência da Assembleia Legislativa instale as CPI's dos Jogos Mundiais da Natureza e do Pedágio, uma vez que as Comissões Parlamentares de Inquérito que estavam em andamento nesta Casa, concluam seus trabalhos, através da apresentação e votação de seus relatórios.

Nestes termos pede deferimento.

Sala das Sessões, em 09.04.2001.

(a) NEREU MOURA

Apoioamento:

Luciana Rafagnin, Irineu Colombo, Waldyr Pugliesi, Edson Strapasson e Hermes Fonseca.

REQUERIMENTO Nº 832

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o uso de espaço cultural desta Casa de Leis, para o lançamento do livro "Rulito e o Anjo Fidelino", da escritora Lídia Dora Fazzini Ferraro, funcionária desta Assembleia Legislativa e membro da Academia Feminina de Letras do Paraná, a ser lançado no dia 10 de maio do corrente ano às 15h00, sendo que 50% da renda por exemplar vendido, será doado ao Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná.

Sala das Sessões, em 09.04.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 869

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, que sejam convidados para vir a esta Casa no dia 11 de abril do corrente, durante a Sessão Plenária, os diretores do Porto de Paranaguá, da Empresa Ecovia e da Polícia Rodoviária Federal do Estado do Paraná, para relatarem quais as providências que estão sendo tomadas para a solução dos problemas relativos ao engarrafamento no trecho que liga Curitiba a Paranaguá, e qual o tipo de assistência que vem sendo prestada aos caminhoneiros que encontram-se parados à margem ao longo da rodovia.

Nestes termos pede deferimento.

Sala das Sessões, em 09.04.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 820

Senhor Presidente.

O deputado que abaixo subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário desta Casa de Leis, voto de congratulações à Gazeta de Palmeira, na pessoa do seu diretor senhor Moacir Luiz Gruchet, pela passagem do 25º ano da sua fundação, que ocorrerá no próximo dia 09 de abril.

Solicito ainda que o jornal seja notificado no endereço que segue: Rua Vicente Machado, nº 479 - Palmeira-PR - CEP 84.130-000.

Sala das Sessões, em 09.04.2001.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 826

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de votos de congratulações ao senhor Roberto Kaefer, presidente da Globoaves de Cascavel, pela realização de mais um empreendimento comercial.

Requer ainda, que desta decisão, seja cientificado o respectivo homenageado, no seguinte endereço, Rodovia BR-467, Km 03 s/n, cidade de Cascavel-PR, fone (45) 227-2423, Globoaves.

Sala das Sessões, em 09.04.2001.

(a) ANTONIO BARATTER

JUSTIFICATIVA:

A Globoaves Agroavícola, uma das maiores produtoras de pintinhos de um dia do Brasil, com sede em Cascavel, arrendou por cinco anos as instalações da Potreiro - um complexo avícola de São Carlos (SP). Com o arrendamento, o complexo avícola de São Carlos passa a sediar a mais importante regional paulista da Globoaves.

Localizada no noroeste de São Paulo, a Patroeiro será responsável pelo abastecimento de pintinhos das unidades da Globoaves do Espírito Santo, Rio de Janeiro, Goiás, Mato Grosso do Sul e de ovos férteis para o Nordeste, além de estar próxima das principais indústrias paulistas.

Com este arrendamento a companhia paranaense, que faturou R\$100 milhões em 2000, passa a comercializar 21,5 milhões de pintinhos e 21 milhões de unidades de ovos férteis.

O complexo da Globoaves consome 9 milhões de toneladas de ração por mês e o grupo tem produção auto suficiente e também tem uma fábrica de ração de frango de corte situada em Toledo, de onde abastecem a região e o Sul do País tendo como um de seus clientes a Chapecó.

Desta forma, gostaria de parabenizá-lo por este empreendimento comercial e desejar-lhes sucesso nesta empreitada, solicitando, para tanto, o voto favorável dos nobres pares, para realizar esta justa homenagem.

REQUERIMENTO Nº 833

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Arquivo Público do Paraná, pela comemoração de seus 146 anos.

Sala das Sessões, em 09.04.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Arquivo Público do Paraná, completou em 7 de abril de 2001 seus 146 anos de fundação. Fundado em 1855 com a finalidade de preservar a natureza essencial dos documentos e reunir a memória impressa e manuscrita da história e geografia do Paraná, o Arquivo Público é uma das mais antigas unidades administrativas do estado e é imprescindível para a preservação de documentos, o que é base da construção da história do Paraná.

O Arquivo Público possui um acervo de 5,5 mil metros lineares de documentos impressos e manuscritos. Dentro deste acervo é possível encontrar documentação do século XVIII, XIX e XX e inclusive um inventário de Baltazar Carrasco do Reis, um dos primeiros povoadores

de Curitiba, que data de 1697, que é o documento mais antigo do acervo.

Além de reunir a documentação referente à memória histórica, o Arquivo Público faz ainda a gestão, guarda e conservação de documentos produzidos e recebidos pelo Poder Executivo no exercício de suas funções, a fim de possibilitar o acesso rápido e seguro às informações de interesse da administração pública e do cidadão, bem como implementar e acompanhar a política e estadual de arquivos.

Em 1989 um incêndio destruiu a sede do Arquivo Público que havia sido construída poucos anos antes especialmente para receber e guardar a documentação do Estado do Paraná. Com o prédio totalmente destruído, o Deap voltou a ocupar o edifício que já o abrigara entre 1950 e 1978, o antigo barracão da Tecpar, que hoje dá lugar ao novo Arquivo Público. Sua nova sede foi construída e está quase pronta - no bairro Juvevê (próximo ao prédio antigo, destruído pelo incêndio). O novo prédio, totalmente climatizado, possui 5523 metros quadrados de área construída.

Pela comemoração de seus 146 anos, receba o Arquivo Público do Paraná, através de sua diretora - senhora Regina Rottember Gouvêa (Rua dos Funcionários, 1796 - Curitiba-PR), os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 834

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Polícia Florestal do Paraná, pela comemoração de seus 44 anos.

Sala das Sessões, em 09.04.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Em data de 04 de abril de 2001, a Polícia Florestal do Paraná comemorou seus 44 anos de existência. Foi fundada em 1957 com o nome de Corpo de Polícia Florestal através da Lei Estadual nº 3056 e regulamentada pelo Decreto nº 5651. Criada para proteger os recursos naturais do nosso Estado, com a atribuição de Guarda-Parque, instalou-se em 1962 sob o comando do 2º tenente Nelson Gracher em Ponta Grossa, com um efetivo de 17 homens que tinham a missão de proteger os Parques Estaduais de Vila Velha e Campinhos. Mais tarde, foram também para o Parque Estadual do Monge da Lapa e em 1970 estavam presentes na proteção do Parque Nacional do Iguaçu.

Neste mesmo ano, o major Ângelo Bonilauri preocupou-se com a preservação do maior remanescente florestal do Estado - a Mata Atlântica, desencadeando então a Operação Serra do Mar, cujo resultado vemos hoje, pois o Paraná possui a melhor Mata Atlântica preservada do País. A partir desta ação houve uma evolução muito grande dentro do Batalhão de Polícia Florestal, que

expandiu sua atuação pelo interior do Estado e buscou parcerias, sempre crescendo e melhorando sua atuação.

Agora, ao completar 44 anos de sua fundação o batalhão de Polícia Florestal, é um verdadeiro exemplo de organização, profissionalismo e dedicação à sua sagrada missão de proteger a natureza e a vida. Pela comemoração de seus gloriosos 44 anos, receba o Batalhão de Polícia Florestal os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 862

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de votos de congratulações e aplausos ao município de Palmas, pelo transcurso de seus 122 anos de emancipação política, no próximo dia 14 de abril/2001.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Excelentíssimos senhor Hilário Andraschko, prefeito municipal, ao vice-prefeito, senhor Francisco Puton, bem como a todos os senhores vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Palmas.

Sala das Sessões, em 09.04.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É motivo de grande orgulho para toda a população de Palmas que no próximo dia 14 de abril estará comemorando festivamente mais um aniversário de sua emancipação política.

Através desta proposição queremos homenagear, no transcurso da magna data do município, a honesta e ordeira população de Palmas que ao longo desses anos têm colaborado com a administração num trabalho diuturno visando sempre o constante progresso do município.

Destacamos também o trabalho desenvolvido pelo atual prefeito, Hilário Andraschko que juntamente com o vice-prefeito, senhor Francisco Puton estão cumprindo suas metas de campanha com seriedade, competência e espírito de luta.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná por intermédio deste parlamentar, congratula-se com toda a população de Palmas na certeza de que continuarão na trilha do progresso.

REQUERIMENTO Nº 831

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto e soberano Plenário, a aprovação de moção de apoio desta Assembléia Legislativa, à indicação e nomeação do doutor Luiz Fernando Penteado ao cargo de juiz titular do Tribunal de Justiça Federal da 4ª Região, com jurisdição que abrange todos os Estados da Região Sul do

Brasil, a ser enviada aos Excelentíssimos senhores, presidente da república e ministro de Estado da Justiça, do governo Federal.

O doutor Luiz Fernando Wowk Penteado nascido em 19 de junho de 1959, em Prudentópolis, Estado do Paraná. Formado em direito pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, tendo sido laureado com o 1º lugar entre os formandos. Aprovado em concurso público, tomou posse em 31 de março de 1993, no cargo de procurador do Banco Central do Brasil.

Exerceu advocacia, na cidade de Prudentópolis, entre maio de 1985 e março de 1993, período em que teve também, mediante sucessivas nomeações, atribuições de curador de ausentes e menores, assim como, no ano de 1992, nas funções de árbitro e conciliador no Tribunal de Pequenas Causas e, ainda, na presidência da Comissão Provisória da Subseção local da Ordem dos Advogados do Brasil.

Sala das Sessões, em 09.04.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 851

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja consignada na Ata dos trabalhos do dia desta Assembléia, moção de apoio da Câmara de Vereadores de Terra Boa ao projeto de lei que revoga a privatização da Copel.

A moção foi assinada pelos vereadores João Batista de Mattos, Aristeu de Souza, Jeferson Luiz Cisz, Valter Colonello, Mário Wake, Eliseu de Souza Ribeiro, Antonio Aparecido Mari, Antonio Norberto Sala Zambon e aprovada pelos membros daquela Casa de Leis, na sessão do último dia 20 de março.

A presente proposição tem o objetivo de registrar nos anais da Casa a manifestação dos legisladores daquele município.

Sala das Sessões, em 09.04.2001.

(a) SÉRGIO SPADA

REQUERIMENTO Nº 852

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja consignada na Ata dos trabalhos do dia desta Assembléia, moção de apoio da Câmara de Vereadores de Cafelândia ao projeto de lei que revoga a privatização da Copel.

A moção foi assinada pelos vereadores Gentil Taija e Geneci Correia de Oliveira e aprovada pela Câmara, no último dia 20 de março.

A presente proposição tem o objetivo de registrar nos anais da Casa a manifestação dos legisladores daquele município.

Sala das Sessões, em 09.04.2001.

(a) SÉRGIO SPADA

REQUERIMENTO Nº 853

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignada na Ata dos trabalhos do dia desta Assembléia, moção de repúdio a intenção do governo do estado em privatizar a Copel.

A moção foi assinada pelos vereadores Sebastião Ribeiro, Afonso Celso de Almeida Hruschka, Edoel Rocha, Edson Battilani, Geraldo Pedro do Sacramento, Idevalci Ferreira Maia, Isidoria da Silva Moraes, Janir Luiz Barbosa, José Turozi, Juvenal Vieira, Luiz Carlos Kehl, Luiz Gustavo Chiminácio Guegel, Maria Verci Ribeiro, Salvador Martins, Sdnei de Souza Jardim, Walter Zamoro e Izael Skowronskie e aprovada por unanimidade pelos membros daquela Casa de Leis, na sessão do último dia 20 de março.

A presente proposição tem o objetivo de registrar nos anais da Casa a manifestação dos legisladores daquele município.

Sala das Sessões, em 09.04.2001.

(a) SÉRGIO SPADA

REQUERIMENTO Nº 854

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignada na Ata dos trabalhos do dia desta Assembléia, moção de apoio da Câmara de Vereadores de Teixeira Soares ao projeto de lei que revoga a privatização da Copel.

A moção foi assinada pelos vereadores Elton Antonio Perius, Levi Varela da Silva e João Inácio Roos e aprovada por unanimidade pelos membros daquela Casa de Leis, na sessão do último dia 23 de março.

A presente proposição tem o objetivo de registrar nos anais da Casa a manifestação dos legisladores daquele município.

Sala das Sessões, em 09.04.2001.

(a) SÉRGIO SPADA

REQUERIMENTO Nº 821

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo senhor doutor Armando Martinho Bardou Raggio, secretário de Estado da Saúde, solicitando a destinação de equipamentos necessários ao funcionamento do mini-Posto de Saúde no município de Agudos do Sul.

Sala das Sessões, em 12.03.2001.

(a) CUSTÓDIO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

O mini-Posto de Saúde de Agudos do Sul, atende na sua totalidade pessoas humildes e carentes, porém, para seu funcionamento pleno e satisfatoriamente necessita dos indispensáveis equipamentos.

REQUERIMENTO Nº 822

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimos senhor secretário de Estado da Fazenda, douto Ingo Hübert, solicitando o não fechamento da Agência de Rendas do município de Jaguapitã, pois caso o mesmo se concretize implicará em sérios transtornos aos munícipes que terão que se deslocar até a cidade de Rolândia para buscar atendimento.

Há de se considerar que Jaguapitã é sede de comarca e sofrerá prejuízos irreparáveis, principalmente no que tange ao desenvolvimento alcançado em face da implantação de indústrias, dois abatedouros de aves e na geração de empregos.

Atendendo ao clamor de todos os munícipes é que requeremos a manutenção da Agência de Rendas de Jaguapitã.

Sala das Sessões, em 09.04.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

REQUERIMENTO Nº 823

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimos senhor secretário de Estado da Fazenda, douto Ingo Hübert, solicitando o não fechamento da Agência de Rendas do município de Mandaguaçu, pois caso o mesmo se concretize implicará em sérios transtornos não só aos munícipes de Mandaguaçu, como também aos de Ourizona e São Jorge do Ivaí que dependem dos trabalhos da Agência de rendas de Mandaguaçu.

Há de se considerar que Mandaguaçu é sede de comarca e sofrerá prejuízos irreparáveis, principalmente no que tange ao desenvolvimento alcançado em face da implantação de indústrias e conseqüentemente na geração de empregos, pois a tendência natural é de que as futuras instalações se estabeleçam em cidades que possuam Agência de Rendas, prática bastante comum no interior de nosso Estado.

Atendendo ao clamor de todos os munícipes é que requeremos a manutenção da Agência de Rendas de Mandaguaçu.

Sala das Sessões, em 09.04.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

REQUERIMENTO Nº 824

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente à secretária de Estado da Cultura, Monica Rischbieter, solicitando a restauração do prédio do Museu dos Campos Gerais, em Ponta Grossa.

O prédio foi construído em 1928, e desde então jamais passou por uma restauração. Hoje as paredes encontram-se com muitas rachaduras e a pintura danificada pelas constantes infiltrações de água. O telhado também está deteriorado e o forro vem sendo consumido pela ação dos cupins, assim como, as madeiras das janelas, das portas e do próprio acervo em exposição.

Alguns frisos e formas esculpidas no teto já foram danificados e em quase todas as paredes a pintura está deteriorada. Em determinado ponto, a escada em madeira que dá acesso ao piso superior está desprendida.

Diante dos fatos acima citados, espero que sejam tomadas providências o quanto antes, para que o prédio e o acervo não sejam mais comprometidos do que já estão.

Sala das Sessões, em 09.04.2001.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 835

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido douto Plenário, o envio de expediente à secretária de Estado da Segurança Pública, solicitando providências urgentes para que sejam dadas condições de segurança aos caminhoneiros que estão fazendo o transporte de grãos ao Porto de Paranaguá e que encontram-se parados ao longo da referida Rodovia.

Sala das Sessões, em 09.04.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Paraná está colhendo uma de suas maiores safras de grãos dos últimos anos. O número chega à 7,7 milhões de toneladas, que são transportadas por milhares de caminhoneiros que acorrem de todas as partes do Estado com destino ao Porto de Paranaguá.

Numa movimentação jamais vista, os caminhoneiros formaram uma fila gigantesca que já chegou à Curitiba e até o final da noite de ontem já se estendia crescendo com direção aos bairros residenciais da nossa capital. Eles aguardam para chegar ao Porto e passar pela triagem de acesso aos 11 terminais graneleiros, o que pode ser uma das causas do congestionamento.

A fila recorde, que segundo cálculos da Empresa Ecovia, chegou a ter 4.600 caminhões, está causando um caos não só na rodovia, mas entre os próprios caminhoneiros, que estão em difíceis condições. Não há alimentação, nem condições de higiene. Se houver necessidade de atendimento médico de emergência, o paciente terá que esperar - e muito, já que o único trecho que está sem fila são os 16Km que atravessam a Serra do Mar.

Os caminhoneiros, que estão defendendo seu pão de cada dia, necessitam de condições de segurança, uma vez que está ocorrendo um grande número de assaltos naquele trecho, bem como um grande aumento de prostituição.

REQUERIMENTO Nº 836

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à secretária de Estado dos Transportes, para que tome providências urgentes no sentido de se dotar de infra-estrutura a BR-277, para que não se repita o caos que está ocorrendo com os caminhoneiros que estão fazendo o transporte de grãos ao Porto de Paranaguá e que encontram-se parados ao longo da referida Rodovia.

Sala das Sessões, em 09.04.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Paraná está colhendo uma de suas maiores safras de grãos dos últimos anos. O número chega à 7,7 milhões de toneladas, que são transportadas por milhares de caminhoneiros que acorrem de todas as partes do Estado com destino ao Porto de Paranaguá.

Numa movimentação jamais vista, os caminhoneiros formaram uma fila gigantesca que já chegou à Curitiba e até o final da noite de ontem já se estendia crescendo com direção aos bairros residenciais da nossa capital. Eles aguardam para chegar ao Porto e passar pela triagem de acesso aos 11 terminais graneleiros, o que pode ser uma das causas do congestionamento.

A fila recorde, que segundo cálculos da Empresa Ecovia, chegou a ter 4.600 caminhões, está causando um caos não só na rodovia, mas entre os próprios caminhoneiros, que estão em difíceis condições. Não há alimentação, nem condições de higiene. Se houver necessidade de atendimento médico de emergência, o paciente terá que esperar - e muito, já que o único trecho que está sem fila são os 16Km que atravessam a Serra do Mar.

Os caminhoneiros, que estão defendendo seu pão de cada dia, necessitam ainda de condições para trabalhar. O Porto de Paranaguá demonstrou não estar preparado para uma supersafra como esta e que, ano após ano, tende a se repetir. Além deste, um outro agravante, que são as condições em que se encontram as estradas, que necessitam de reparos para diminuir sua periculosidade.

REQUERIMENTO Nº 837

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à secretária de Estado da Saúde, para que tome providências urgentes com relação à área de saúde dos caminhoneiros que estão fazendo o transporte de grãos ao Porto de Paranaguá e que encontram-se parados ao longo da referida Rodovia.

Sala das Sessões, em 09.04.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Paraná está colhendo uma de suas maiores safras de grãos dos últimos anos. O número chega à 7,7 milhões de toneladas, que são transportadas por milhares de cami-

nhoneiros que acorrem de todas as partes do Estado com destino ao Porto de Paranaguá.

Numa movimentação jamais vista, os caminhoneiros formaram uma fila gigantesca que já chegou à Curitiba e até o final da noite de ontem já se estendia crescendo com direção aos bairros residenciais da nossa capital. Eles aguardam para chegar ao Porto e passar pela triagem de acesso aos 11 terminais graneleiros, o que pode ser uma das causas do congestionamento.

A fila recorde, que segundo cálculos da Empresa Ecovia, chegou a ter 4.600 caminhões, está causando um caos não só na rodovia, mas entre os próprios caminhoneiros, que estão em difíceis condições. Não há alimentação, nem condições de higiene. Se houver necessidade de atendimento médico de emergência, o paciente terá que esperar - e muito, já que o único trecho que está sem fila são os 16Km que atravessam a Serra do Mar.

Os caminhoneiros, que estão defendendo seu pão de cada dia, necessitam de condições para trabalhar. O Porto de Paranaguá demonstrou não estar preparado para uma supersafra como esta e que, ano após ano, tende a se repetir. Dessa forma, os caminhoneiros estão enfrentando problemas sérios, especialmente na área de saúde, pois sem higiene (condições de banho, necessidades fisiológicas e expostos às intempéries) faz-se necessário um atendimento na área de saúde àquelas pessoas.

REQUERIMENTO Nº 838

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Empresa Ecovia, solicitando providências urgentes para que sejam dadas condições mais humanas aos caminhoneiros que estão fazendo o transporte de grãos ao Porto de Paranaguá e que encontram-se parados ao longo da referida Rodovia.

Sala das Sessões, em 09.04.2001.

(a) ALGACI TUILIO

JUSTIFICATIVA:

O Paraná está colhendo uma de suas maiores safras de grãos dos últimos anos. O número chega à 7,7 milhões de toneladas, que são transportadas por milhares de caminhoneiros que acorrem de todas as partes do Estado com destino ao Porto de Paranaguá.

Numa movimentação jamais vista, os caminhoneiros formaram uma fila gigantesca que já chegou à Curitiba e até o final da noite de ontem já se estendia crescendo com direção aos bairros residenciais da nossa capital. Eles aguardam para chegar ao Porto e passar pela triagem de acesso aos 11 terminais graneleiros, o que pode ser uma das causas do congestionamento.

A fila recorde, que segundo cálculos da própria Empresa Ecovia, chegou a ter 4.600 caminhões, está causando um caos não só na rodovia, mas entre os próprios caminhoneiros, que estão em difíceis condições. Não há alimentação, nem condições de higiene. Se houver necessidade de atendimento médico de emergência, o paciente

terá que esperar - e muito, já que o único trecho que está sem fila são os 16Km que atravessam a Serra do Mar.

Os caminhoneiros, que estão defendendo seu pão de cada dia, necessitam de condições mais humanas de trabalho - um direito de todo trabalhador. À Ecovia - Empresa concessionária da BR-277, responsável pelo trecho que está tomado pela enorme fila, solicitamos providências urgentes no sentido de se dar condições de sobrevivência aos trabalhadores que lá estão.

REQUERIMENTO Nº 839

Senhor Presidente.

O deputado que esta subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo senhor Jaime Lerner - governador do Estado do Paraná - e ao Excelentíssimo senhor Ingo Henrique Hübner, secretário de Estado da Fazenda, objetivando a permanência e o não fechamento do escritório da Agência de Rendas do município de Assaí, em face da manifestação do senhor prefeito municipal Mário Sato, segmentos sociais organizados, bem como da população daquela região, diante da necessidade da prestação de serviços e a proximidade no atendimento aos contribuintes circunvizinhos onde se situa a referida Agência de Rendas.

Sala das Sessões, 09.04.2001.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

A cidade de Assaí simboliza os pioneiros nipônicos no Brasil, pólo regional, economicamente viável, merece seja mantido o escritório da Agência de Rendas daquele município, que também presta serviços aos demais municípios circunvizinhos, vasta região adjacente. Seria uma afronta aos pioneiros japoneses, seus filhos, netos e bisnetos, que com a sua força de trabalho desempenham desenvolvimento para o nosso Estado e País, terem que se deslocar para outra cidade designada para suprir a falta da Agência de Rendas, objetivando o recolhimento dos impostos estaduais (ICMS, IPVA, etc.). O presente requerimento atende solicitação do senhor prefeito de Assaí, doutor Mário Sato, para que a referida Agência de Rendas não feche em sua cidade.

O encerramento das atividades da Agência de Rendas de Assaí agrava com a oneração de viagem para outra cidade, tendo os munícipes daquela cidade e região a pagar pesados pedágios para cumprir com as suas obrigações tributárias em Agência de Rendas de outra cidade.

REQUERIMENTO Nº 840

Senhor Presidente.

O deputado que esta subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo senhor Jaime Lerner - governador do Estado do Paraná - e ao Excelentíssimo senhor Ingo Henrique Hübner, secretário de Estado da Fazenda, objetivando a permanência e o não

fechamento do escritório da Agência de Rendas do município de Bela Vista do Paraíso.

Sala das Sessões, 09.04.2001.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

O governo do Estado alegando contenção de despesas tomou a iniciativa de fechar algumas Agências de Renda, entre elas encontra-se a de Bela Vista do Paraíso. A cidade de Bela Vista do Paraíso fica geograficamente no centro de três cidades, sendo elas Alvorada do Sul, Primeiro de Maio e Sertãoópolis. Com o plano de governo Bela Vista do Paraíso ficaria subordinada a Sertãoópolis, bem como Primeiro de Maio, Alvorada do Sul ficaria subordinada a Porecatú. A população dessas cidades estão consternadas com tal perspectiva e nos cobram uma atitude no sentido de evitar o fechamento da referida Agência de Rendas. Diante do exposto, é justificável o presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 846

Senhor Presidente.

O deputado que esta subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo senhor Jaime Lerner, solicitando informações referente ao repasse de verbas do Programa Paraná Urbano para o município de Ponta Grossa.

Nos termos de acordo efetivado em 21 de março deste, entre o governador do Estado e o prefeito municipal de Ponta Grossa - Péricles Mello, seria repassado para o município de Ponta Grossa R\$1,4 milhão do programa Paraná Urbano para obras no município. Diante destas informações, gostaria então de saber quando vai ser feito este repasse, pois depois desta data, não se falou mais no assunto e o dinheiro até agora não chegou aos cofres do município.

Requer ainda, que a decisão desta Casa de Leis, seja dada ciência ao prefeito municipal de Ponta Grossa, Péricles de H. Mello, na Avenida Visconde Taunay, 950.

Sala das Sessões, 09.04.2001.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 847

Senhor Presidente.

O deputado que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, seja enviado ao senhor secretário do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, doutor Ramiro Wahrhaftig e ao senhor governador do Estado, doutor Jaime Lerner, informações acerca da Universidade Estadual de Ponta Grossa, indicando e respondendo os seguintes itens:

01) Orçamento global da UEPG para 2001, indicando discriminadamente, os recursos transferidos pelo Estado do Paraná e o montante de recursos já transferidos até 30 de abril de 2001, com demonstrativo de aplicações para manter a UEPG, discriminando por natureza e atividade;

02) a atual situação dos diversos cursos já existentes, em termos de infra-estrutura, bibliotecas, livros, periódicos, informática, sala de aula, material didático - pedagógico, número de alunos, professores e pessoal técnico - administrativo,

03) volume de recursos necessários para implantação do Curso de Medicina, plano de ações, com demonstrativos em planilha de cálculo - indicando as formas e quantidade de recursos de repasse, bem como a periodicidade; devendo indicar ainda: infra-estrutura necessária, material didático - pedagógico, quantidade de professores e servidores técnicos. Outrossim, solicita ainda informações sobre a fonte dos recursos e data de início e de conclusão das atividades de implementação das atividades visando a instalação do Curso de Medicina, sobre o início efetivo das atividades do Curso de Medicina e sobre quando a Universidade Estadual de Ponta Grossa poderá realizar o primeiro Vestibular para Ingresso no Curso de Medicina.

Sala das Sessões, 09.04.2001.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 856

Senhor Presidente.

O deputado que esta subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo senhor Jaime Lerner - governador do Estado do Paraná - e ao Excelentíssimo senhor Nelson Justus, secretário de Estado dos Transportes, solicitando que sejam iniciadas as obras de construção do Aeroporto Regional do Oeste, cuja localização já está estrategicamente definida, por exigência dos fatores sócio-econômicos e das próprias condições topográficas e geográficas, em área nos municípios de Cascavel e Tupãssi.

Sala das Sessões, em 09.04.2001.

(a) DUÍLIO GENARI

Apoiamento:

Elio Rusch e Antonio Baratter.

JUSTIFICATIVA:

A administração estadual implementando diversos programa e projetos objetivando a integração sócio-econômica de nosso Estado.

A região Oeste, cuja contribuição nos campos econômico, político e social é de grande relevância no contexto estadual não pode deixar de ser incluída nestas transformações, cuja importância tem de ser reconhecida, estimulada e valorizada pelo Estado e pela União.

REQUERIMENTO Nº 861

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao secretário de Estado de Segurança Pública, solicitando que o delegado de Polícia Civil e o Comando da Polícia Militar da cidade de Ivaiporã ofereça proteção policial ao vereador Ciro Fer-

nandes Corrêa Júnior, tendo em vista que a residência do citado vereador foi alvejada por quatro projéteis, por volta das quatro horas e trinta minutos do dia nove de abril do corrente, ação esta que vem logo após denúncias feitas pelo parlamentar em plenário da Câmara Municipal.

Sala das Sessões, 09.04.2001.

(a) IRINEU COLOMBO

REQUERIMENTO Nº 812

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, vem a ilustre presença de Vossa Excelência e aos demais Pares desta egrégia Casa de Leis para, REQUERER, após ouvido o Plenário, que seja enviada correspondência ao Excelentíssimo senhor Ingo Henrique Hübert, Digníssimo diretor presidente da Copel - Companhia Paranaense de Energia, solicitando informações a respeito de quanto importa a cobrança de taxa de iluminação pública em Campo Mourão e quantas ações da Copel o município é detentor.

Sala das Sessões, 09.04.2001.

(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO Nº 813

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja enviada correspondência ao Excelentíssimo senhor Armando Martinho Bardou Raggio, Digníssimo secretário de Estado da Saúde, solicitando a implantação em Campo Mourão-PR, de um Centro Regional de Atendimento Integrado ao Deficiente - Craid.

Sala das Sessões, em 09.04.2001.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

O Centro Regional de Atendimento Integrado ao Deficiente, com mais de uma década de funcionamento, que presta assistência integral ao portador de deficiência, de 08 a 18 anos, visando a melhoria de sua qualidade de vida, integração psicossocial e a reabilitação.

O programa envolve atendimento multidisciplinar e através de um processo de avaliação e diagnóstico que é definida a relação instituição/cliente, sendo proposto um plano de tratamento.

Deste modo a criança portadora de deficiências recebe acompanhamento nas áreas médico-odontológica (clínica geral, neuropediatria, oftalmologia, ortopedia, otorrinolaringologia e pediatria), serviço social, enfermagem, educação e terapias reabilitadoras (fisioterapia, fonoaudiologia, psicologia e terapia ocupacional) em sessões individuais de 40 minutos.

Entre os programas oferecidos estão a assistência médico-odontológica a toda criança e adolescente portadoras de deficiência; assistência ao bebê de risco neurológico; atendimento multidisciplinar ao portador de paralisia cerebral; atendimento ao portador de cegueira e visão subnormal; avaliação de crianças com dificuldades

de aprendizagem; centro pedagógico - pré-escolaridades para portadores de paralisia cerebral; diagnóstico, avaliação, tratamento e orientação periódica ao portador de deficiências, oriundos de outros municípios; assistência psicológica à família; acompanhamento nutricional e clube de mães.

Considerando a importância do Centro Regional de Atendimento Integrado ao Deficiente, se faz necessária a inclusão do município de Campo Mourão, tendo em vista ser o mesmo pólo de uma região carente dos relevantes serviços mencionados e merecedores desta pretensão.

REQUERIMENTO Nº 814

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, vem a ilustre presença de Vossa Excelência e aos demais Pares desta egrégia Casa de Leis, para REQUERER, após ouvido o Plenário, que seja enviada correspondência a Excelentíssima senhora Fani Lerner, Digníssima secretária de Estado da Criança e Assuntos da Família, solicitando a implantação de uma Creche Padrão 90, para atender a comunidade do distrito de Boubônia, no município de Barbosa Ferraz- PR.

Sala das Sessões, em 09.04.2001.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento objetiva atender justa reivindicação da comunidade do distrito de Bourbônia, no município de Barbosa Ferraz -PR, comunidade esta constituída em sua maioria de trabalhadores volantes que sofrem enormes dificuldades, principalmente as mães que para auxiliar na renda familiar trabalham no cultivo, preparo e colheita das terras daquela localidade, não tendo um local adequado para deixar seus filhos, crianças que sofrem com a subnutrição e outros males desta faixa etária tão importante para constituição física e psicológica da criança.

É portanto absolutamente necessário este atendimento.

REQUERIMENTO Nº 815

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, vem a ilustre presença de Vossa Excelência e aos demais Pares desta egrégia Casa de Leis, para REQUERER, após ouvido o Plenário, que seja enviada correspondência a Excelentíssima senhora Fani Lerner, Digníssima secretária de Estado da Criança e Assuntos da Família, solicitando a implantação de uma Creche Padrão 90, para atender a comunidade do distrito de Palmital, no município de Boa Esperança-PR.

Sala das Sessões, em 09.04.2001.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento objetiva atender justa reivindicação da comunidade do distrito de Palmital, no

município de Boa Esperança - PR, comunidade esta constituída em sua maioria de trabalhadores volantes que sofrem enormes dificuldades, principalmente as mães que para auxiliar na renda familiar trabalham no cultivo, preparo e colheita das terras daquela localidade, não tendo um local adequado para deixar seus filhos, crianças que sofrem com a subnutrição e outros males desta faixa etária tão importante para constituição física e psicológica da criança.

É portanto absolutamente necessário este atendimento.

REQUERIMENTO Nº 816

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, vem a ilustre presença de Vossa Excelência e aos demais Pares desta egrégia Casa de Leis, para REQUERER, após ouvido o Plenário, que seja enviada correspondência a Excelentíssima senhora Fani Lerner, Digníssima secretária de Estado da Criança e Assuntos da Família, solicitando a implantação de uma Creche Padrão 90, para atender a comunidade do Bairro Vila Rio Grande, no município de Campo Mourão- PR.

Sala das Sessões, em 09.04.2001.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento objetiva atender justa reivindicação da comunidade do bairro Vila Rio Grande, no município de Campo Mourão - PR, comunidade esta constituída em sua maioria de trabalhadores volantes que sofrem enormes dificuldades, principalmente as mães que para auxiliar na renda familiar trabalham no cultivo, preparo e colheita das terras daquela localidade, não tendo um local adequado para deixar seus filhos, crianças que sofrem com a carência de um atendimento adequado para essa faixa etária tão importante para constituição física e psicológica da criança.

É portanto absolutamente necessário este atendimento.

REQUERIMENTO Nº 817

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, vem a ilustre presença de Vossa Excelência e aos demais Pares desta egrégia Casa de Leis, para REQUERER, após ouvido o Plenário, que seja enviada correspondência a Excelentíssima senhora Fani Lerner, Digníssima secretária de Estado da Criança e Assuntos da Família, solicitando a implantação de uma Creche Padrão 90, para atender a comunidade da Região dos Jardins Tropical I e II, no município de Campo Mourão - PR.

Sala das Sessões, em 09.04.2001.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento objetiva atender justa reivindicação da comunidade da Região dos Jardins Tropical I e II, no município de Campo Mourão - PR,

comunidade esta constituída em sua maioria de trabalhadores volantes que sofrem enormes dificuldades, principalmente as mães que para auxiliar na renda familiar trabalham fora, não tendo um local adequado para deixar seus filhos, crianças que sofrem com a subnutrição e outros males desta faixa etária tão importante para a constituição física e psicológica da criança.

É portanto absolutamente necessário este atendimento.

REQUERIMENTO Nº 818

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, vem a ilustre presença de Vossa Excelência e aos demais Pares desta egrégia Casa de Leis para REQUERER, após ouvido o Plenário, que seja enviada correspondência a Excelentíssima senhora Fani Lerner, Digníssima secretária de Estado da Criança e Assuntos da Família, solicitando a implantação de uma Creche-Padrão 90, para atender a comunidade dos Conjuntos Andorinha e Paulo Grandi, no município de Engenheiro Beltrão - PR.

Sala das Sessões, em 09.04.2001.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento objetiva atender justa reivindicação da comunidade dos Conjuntos Andorinha e Paulo Grandi, no Município de Engenheiro Beltrão - PR, pois há aproximadamente 470 casas de trabalhadores volantes, que sofrem enormes dificuldades, principalmente as mães, que para auxiliar na renda familiar, trabalham fora, não tendo um local adequado para deixar seus filhos, crianças que sofrem com a carência de um atendimento adequado para esta faixa etária tão importante para a constituição física e psicológica da criança.

É portanto absolutamente necessário este atendimento.

REQUERIMENTO Nº 819

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, vem a ilustre presença de Vossa Excelência e aos demais Pares desta egrégia Casa de Leis, para REQUERER, após ouvido o Plenário, que seja enviada correspondência a Excelentíssima senhora Fani Lerner, Digníssima secretária de Estado da Criança e Assuntos da Família, solicitando a implantação de uma Creche Padrão 135, na sede do município de Juranda - PR.

Sala das Sessões, em 09.04.2001.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento objetiva atender justa reivindicação da comunidade do município de Juranda - PR, comunidade está constituída em sua maioria de trabalhadores que sofrem enormes dificuldades, principalmente as mães que para auxiliar na renda familiar trabalham, não tendo um local adequado para deixar seus filhos, crianças que sofrem com a carência de um atendimento

adequado para essa faixa etária tão importante para constituição física e psicológica da criança.

É portanto absolutamente necessário este atendimento.

REQUERIMENTO Nº 849

Senhor Presidente.

O deputado Ricardo Chab que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo senhor Jaime Lerner, Digníssimo governador do Estado do Paraná, solicitando informações urgentes sobre as investigações realizadas pela Casa Militar, referente ao grampo de duas (02) linhas telefônicas da empresa Ocidental Distribuidora de Petróleo, em Araucária, conforme noticiado pela imprensa, com a prisão de dois (02) Policiais Militares, que prestavam serviço para a Casa Militar.

Sala das Sessões, em 09.04.2001.

(a) RICARDO CHAB

JUSTIFICATIVA:

Conforme notícia veiculada na Gazeta do Povo, do dia 09.04.2001, envolvendo ex-funcionários da Casa Militar, cabo Luiz Antonio Jordão e soldado Afrânio de Sá, envolvidos como mandantes do grampo de duas linhas telefônicas da Ocidental Distribuidora de Petróleo, na cidade de Araucária.

REQUERIMENTO Nº 850

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, envio de pedido de informações ao governador do Estado do Paraná, solicitando o que segue:

01 - Quais são os reais motivos do governo do Estado do Paraná ao baixar o Decreto nº 3.774?

02 - Sabendo-se que o decreto em questão revoga a chamada Cesta Básica, proíbe o programa Paraná Mais Emprego, veda a concessão de crédito presumido para os setores de produção de aves, suínos, além da impossibilidade da concessão de regimes especiais, quais serão as novas alternativas adotadas para este poder para poder suprir essas necessidades?

03 - Como fica a situação dos empresários que acreditaram no governo do Estado e ingressaram no programa Paraná Mais Emprego, e hoje se vêem em total abandono diante da revogação do Decreto 3.774?

04 - O governo do Estado tem algum estudo de projeção dos prejuízos ou do setor produtivo agroindustrial, pelas consequências do Decreto 3774, ou ainda pela perda de competitividade de nossos produtos?

Nestes termos pede deferimento.

Sala das Sessões, em 09.04.2001.

(a) IRINEU COLOMBO

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 09/2001

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica revogado o Decreto nº 3774, de 26 de março de 2001, de autoria do Poder Executivo, o qual introduz alterações no regulamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.04.2001.

(aa) TONY GARCIA, CEZAR SILVESTRI,
MARCOS ISFER e AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

O Decreto nº 3774, baixado pelo senhor governador do Estado do Paraná, no dia 26 de março de 2001, publicado no Diário Oficial no dia 27/03/2001, que introduz alterações no sistema de arrecadação do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias - ICMS, fere os princípios constitucionais, adentrando nas atribuições e competências da Assembléia Legislativa, conforme o previsto no artigo 53, III, da Constituição do Estado do Paraná.

Desta forma, o presente projeto de resolução, pretende corrigir um erro administrativo causado pelo Poder Executivo, ao tentar, através de decreto alterar a regulamentação da arrecadação do ICMS, o que poderá no futuro causar danos e reverter em ações contra ambos os poderes - um por extrapolar o seu poder e o outro por cometer negligência no exercício da sua função de fiscalizar a aplicação do dinheiro arrecadado pelo Poder Público.

Recomenda-se que o Poder Executivo envie mensagem com o respectivo projeto de resolução - propondo as alterações necessárias - para ser discutido nas respectivas comissões e no Plenário desta Casa, legítimo foro de debates das questões do nosso Estado.

Desta forma, buscam os autores do presente projeto de resolução, apoio dos seus nobres Pares para a sua aprovação.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 111/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Os motéis e hotéis estabelecidos no Estado do Paraná, ficam obrigados a manterem para uso de seus hóspedes, um mínimo de 5 (cinco) unidades de preservativos de látex, em cada apartamento.

Parágrafo Único - Serão afixado nos apartamentos, cartaz informativo sobre os riscos da não utilização do preservativo.

Art. 2º - Em cada apartamento deverá ser afixado, em local visível, cartaz informativo sobre os riscos da não utilização do preservativo.

Art. 3º - Os estabelecimentos terão o prazo de 60 dias, a partir da data desta lei, para o cumprimento do previsto no artigo 1º.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.04.2001.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

Como prestador de serviços, os motéis e hotéis têm o dever de alertar seus usuários sobre os riscos a que são expostos quando da utilização desses serviços, bem assim propiciam os meios necessários à segurança dos mesmos. Partindo desse pressuposto, nada mais pertinente que a colocação de preservativos a disposição de seus hóspedes, e a informação sobre os riscos de sua não utilização.

PROEJTO DE LEI Nº 112/01

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica criada a Corregedoria Geral do Estado do Paraná, para coordenar as investigações de denúncias de corrupção na Administração Pública do Estado do Paraná.

Parágrafo Único - O novo órgão será chefiado por um procurador designado pela Procuradoria Geral do Estado, com a colaboração de um representante do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e um representante da Assembléia Legislativa do Paraná, podendo ser requisitados funcionários dos três Poderes; quanto necessários.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das sessões, em 09.04.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A Corregedoria Geral do Estado do Paraná, terá “carta-branca” para acelerar as investigações junto a todos os órgãos da Administração Estadual.

O Excelentíssimo senhor presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, adotou recentemente idênticas medidas, criando no âmbito federal a Corregedoria Geral da União para coordenar as investigações de denúncias na administração pública.

A quase unanimidade da imprensa do Estado do Paraná, desfila diariamente longos noticiários com

denúncias as mais variadas de corrupção nos órgãos da administração pública do Estado, por esta razão, estamos apresentando este projeto de lei o qual esperamos receba o reconhecimento e o apoio dos Excelentíssimos senhores deputados.

PROJETO DE LEI Nº 113/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica incorporada ao currículo das escolas da Rede Estadual de Ensino a área de conhecimento “Cidade-Cidadania” para que possibilite o desenvolvimento da consciência de Cidadania.

Parágrafo Único - A Secretaria Estadual de Educação enviará esforços para que a área de conhecimento “Cidade-Cidadania” seja estendida à Rede Privada de Ensino.

Art. 2º - A área de conhecimento “Cidade-Cidadania” terá as seguintes temáticas a serem distribuídas ao longo das oito séries do Primeiro Grau como matéria:

I - Ecologia e meio ambiente;

II - Declaração Universal dos Direitos Humanos e Estatuto da Criança e do Adolescente;

III - Questão de gênero e raça;

IV - Direitos básicos do consumidor e Código do Consumidor;

V - Os três poderes e as Constituições Federal, Estadual e as Leis Orgânicas dos Municípios;

VI - O cidadão e as Leis de Trânsito.

VII - Questões de Sexualidade e Drogas.

Art. 3º - Para a inclusão das matérias referidas nos incisos I a VII do art. 2º serão adotados os procedimentos legais pelas legislações municipal, estadual e federal em vigor.

Art. 4º - As matérias da área de conhecimento “Cidade-Cidadania” serão ministradas por professores da própria Rede Pública Estadual de Ensino.

§ 1º - Os professores de Ensino Fundamental I deverão passar por processo de formação antes de começarem a ministrar as matérias da área de conhecimento “Cidade-Cidadania” bem como os professores de Ensino Fundamental II e do nível médio que por elas optarem.

§ 2º - O Poder Público deverá oferecer, com recursos próprios ou em convênio com Universidades Públicas ou da sociedade civil, aos professores da Rede Estadual de Ensino cursos de formação permanente.

Art. 5º - A área de conhecimento “Cidade-Cidadania” deverá contar com uma carga horária de pelo menos duas horas-aula semanais em cada uma das oito séries do 1º Grau.

Art. 6º - A área de conhecimento “Cidade-Cidadania” será implantada no início do ano letivo seguinte ao do regulamentação desta lei, sendo antecedida sua implantação por um processo de formação dos professores que ministrarão as matérias dessa área de conhecimento com duração de no mínimo, 6 (seis) meses.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.04.2001.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

Desde o fim dos governos militares, a sociedade brasileira vem passando por um processo de transformação da noção de cidadania. Antes tutelada e hoje com horizontes mais amplos, a concepção de cidadania, no entanto, está muito longe do que ela realmente significa.

Nesse processo de construção da cidadania cabe um papel primordial ao Poder Público, sobretudo no que tange à formação dos cidadãos. Nisso, especialmente, a Rede Estadual de Ensino tem uma função insubstituível. É a ela que compete formar, e portanto, dar informação ao cidadão para que possa inserir-se na sociedade em que vive. É o artigo 205 da Constituição Federal quem diz:

“Art. 205 - A educação, direito de todos e dever do estado e da família será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Todavia, a questão da cidadania, visa sob o prático ponto de vista de sua aplicação à estrutura curricular do ensino ora existente, merece, a nosso ver, um tratamento mais contundente.

Nossa proposição busca fazer com que questão da cidadania seja realmente enfocada e mais, se torne objeto permanente de atenção de professores e alunos da Rede Estadual de Ensino durante os oito anos do 1º Grau. Assim ao propormos está configuração, aqui apresentada por meio da área do conhecimento “Cidade-Cidadania” acreditamos estar fornecendo as ferramentas adequadas para que o Poder Público possa realmente dar conta do previsto nas Leis Maiores do Brasil e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

PROJETO DE LEI Nº 114/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação do Clube da Terceira Idade Vovô Feliz de Medianeira - ACTIMED, com sede e foro no município de Medianeira - PR.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.04.2001.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

A Associação do Clube da Terceira Idade Vovô Feliz de Medianeira - ACTIMED, constitui uma entidade civil sem fins lucrativos políticos ou religiosos.

A referida Associação vem desenvolvendo ações de relevante teor social, abrangendo uma parcela da população representada por idosos, com objetivo de analisar as condições sócio-econômicas, culturais e suas perspectivas de futuro, contribuindo para formação e desenvolvimento da vida social dos seus associados.

Tem como principal atividade encontros culturais com a participação de idosos de Medianeira e idosos de municípios vizinhos, como por exemplo: apresentações teatrais, festas em datas comemorativas, entre outras atividades que promovem de forma gradativa a melhoria da qualidade de vida da população idosa, evitando desta forma a potencialização de vários problemas sociais.

Em função dos motivos acima expostos, solicitamos aos nobres Pares desta Casa de Leis, seu reconhecimento como entidade de Utilidade Pública Estadual.

PROJETO DE LEI Nº 115/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica oficializado como traje de honra e de uso preferencial no Estado do Paraná, para ambos os sexos, a indumentária denominada “Pilcha Gaúcha”.

Art. 2º - A “Pilcha Gaúcha” poderá substituir o traje convencional em todos os atos oficiais, públicos ou privados, realizados no Estado do Paraná.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.04.2001.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

O Movimento Tradicionalista Gaúcho do Estado do Paraná se divide em 17 regiões, abrangendo todo o Estado e reunindo cerca de 600 Centros de Tradições Gaúchas, com seus respectivos Piquetes de Laçadores.

A presença da cultura gaúcha em nosso Estado data de tempos remotos com os tropeiros e se projetou pelos anos, crescendo com a leva de imigrantes gaúchos que se estabeleceram na Região Oeste de nosso Estado.

Nossa Capital e sua região metropolitana, incluindo a legendaria Lapa e Rio Negro, congrega 70 entidades, o que dá a dimensão da participação gaúcha na economia e na vida de nossa sociedade.

A cada dia que passa aumentam os seguidores da cultura gaúcha, do tradicionalismo sulino, que muito vem

contribuindo para o engrandecimento, cultural, industrial e patriota em nosso Estado.

PROJETO DE LEI Nº 116/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica denominada Rodovia “Delcides Constantino Miguel”, a PR-462 no trecho: Tereza Breda no município de Barbosa Ferraz - PR, ao entroncamento com a BR-487, no município de Iretama-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.04.2001.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Delcides Constantino Miguel, filho de Constantino Miguel e Amélia Miguel, mineiro de Uberaba, nasceu no dia 06 de novembro de 1912. Aos 08 transferiu-se com a família para Rebouças e mais tarde para Malé-PR, onde foi madeireiro e proprietário de uma Usina de Energia Elétrica.

Em 1938, casou-se com dona Jurema Pompeu Miguel, com a qual teve 04 (quatro) filhos: Sérgio, Maria Aparecida, Rui Jorge e Raquel. Estes filhos lhes deram 13 netos e 03 bisnetos.

Ávido de progresso e de espírito empreendedor, influenciado pelos amigos que lhe informaram ser Campo Mourão um lugar promissor devido a infinidade de madeiras existentes na região, mudou-se para lá em 1955.

Ali iniciou suas atividades como madeireiro com a IMACO - Indústria de Madeiras Constantino. Foi grande exportador de madeiras e casas pré-fabricadas para vários países da Europa e Oriente Médio.

Munido de grande dinamismo e força de vontade, foi fundador do Jornal Tribuna do Interior. Filósofo extremamente calmo e de grande visão, coordenava os partidos políticos, embora nunca tenha se envolvido diretamente com a política em Campo Mourão.

Jovem cheio de energia, preocupava-se muito com a ecologia, e em razão ao desmatamento, procurava sempre reflorestar as partes desbastadas.

Teve um sonho: poder construir um local de repouso. Pode concretizar este sonho construindo a Estância Hidromineral e Hotel Fazenda Termas de Jurema, no município de Iretama-PR, às margens da PR- 462.

Na região de Campo Mourão, Delcides pode gerar muitos empregos, o que lhe dava muito prazer, pois com grande bondade tinha como objetivo de vida, poder ajudar aos menos favorecidos. Foi um exemplo de lutador que conseguiu ver o seu sonho realizado e deixou o nome e o exemplo aos seus descendentes.

Muito atuante, tendo bem senso, honestidade e ambição bem orientada, Delcides Constantino Miguel só parou aos 71 anos em 17 de fevereiro de 1984, quando veio a falecer.

Com sua simpatia, probidade e integridade fez muitos amigos nesta terra, sendo portanto uma questão de reconhecimento e justiça perpetuar o seu honrado nome denominado o trecho citado da PR 462, conforme especificado, e por isto, rogamos o aval dos Pares desta augusta Casa.

PROJETO DE LEI Nº 117/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a criar e implantar o Curso de Medicina na Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG.

Parágrafo Único - Fica autorizado o Poder Executivo a proceder alteração orçamentária necessária ao cumprimento da presente lei.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09.04.2001.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

PROJETO DE LEI Nº 118/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica concedido o título de cidadão honorário do Estado do Paraná ao senhor Arlindo Mosé Cavalca.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.04.2001.

(a) ELI GHELLERE

Apoiamento:

Nelson Tureck, Tiago de Amorin Novaes, Chico Noroeste, Marcos Isfer, Luiz Carlos Zuk, Luiz Carlos Martins, Ângelo Vanhoni, Ademir Bier, Luiz Carlos Alborghetti, Serafina Carrilho, José Maria Ferreira, Custódio da Silva, Tony Garcia, Geraldo Cartário, Antonio Carlos Belinati, Moysés Leônidas, Antonio Baratter, Luiz Accorsi, Edno Guimarães, Miltinho Puppio e Elio Rusch.

JUSTIFICATIVA:

O extremo Oeste do Paraná era ainda uma imensa floresta virgem, cheia de animais selvagens, paisagens paradisíacas, igualmente perigosas e misteriosas quando Arlindo Mosé Cavalca lá chegou pela primeira vez em 1948.

Nascido aos cinco de fevereiro de 1921 na cidade de Bento Gonçalves, Rio Grande do Sul, Arlindo era um jovem pequeno comerciante na região, um espírito de desbravador e uma visão futurista de desenvolvimento e prosperidade o levaram ao desejo de conhecer o oeste paranaense.

Em 1948 Arlindo Mosé Cavalca com mais oito possíveis compradores de terras, empreenderam uma viagem ao Oeste do Paraná na rota Bento Gonçalves, Erechim, Laranjeiras do Sul, Cascavel e Foz do Iguaçu, Costeando o Parque Nacional do Iguaçu, onde muitos anos mais tarde se chamaria a promissora cidade de Céu Azul, contemplando admirado a exuberante e imensa mata selvagem e a ótima qualidade das terras para a agricultura.

Convencido de que aquela terra que ninguém lhe havia prometido seria o futuro promissor de sua vida regressou a Bento Gonçalves e aceitou a proposta de emprego tornando-se corretor no Oeste do Paraná participando, ativamente da colonização das cidades de Céu Azul, Matelândia, Medianeira, São Miguel do Iguaçu, Toledo, Marechal Cândido Rondon, Palotina e Santa Terezinha de Itaipu.

Em maio de 1949 Arlindo Mosé Cavalca juntamente com outros possíveis futuros compradores de terras formaram a segunda caravana que veio para o Oeste do Paraná. A partir desta data Arlindo Mosé Cavalca escolheu como residência o vilarejo de Gaúcho, onde mais tarde seria o município de São Miguel do Iguaçu.

Muitos desafios foram enfrentados nos primeiros anos, perdeu amigos vítimas de picada de cobra, contraiu malária pois a natureza no Oeste paranaense continua selvagem e cheia de perigos cotidianos.

As estradas abertas em meio a lavouras e mata virgem faziam com que as freqüentes viagens ao Rio Grande do Sul para buscar possíveis compradores de terras, em bom tempo, durassem pelo menos três dias. Em tempos de chuva, as mesmas viagens duravam até 15 dias, com sacrifício e esforço físico sobre humano, onde enfrentava atoleiros, árvores caídas, animais selvagens e, por vezes, até fome, sede e frio.

Grandes foram os desafios que Arlindo Mosé Cavalca enfrentou. E muitos anos mais tarde lembrar-se-ia com doce saudade, a bravura de seus primeiros anos como colonizador do Oeste do Paraná.

Sua ascensão profissional foi rápida, passando de corretor a diretor da Colonizadora Gaúcha Ltda, e posteriormente a proprietário.

Em 27 de setembro de 1952 casou-se com Addy Dall'Oglio e desta união nasceram 7 filhos, que ao lado dos pais trabalharam e somaram resultados no crescimento regional, tanto na economia quanto na cultura do oeste paranaense.

Nestas 5 décadas que mora no oeste do Paraná no município de São Miguel do Iguaçu, Arlindo Mosé Cavalca dedicou-se a agricultura, pecuária e a agroindustrialização. Atualmente preside um Holding composto

por sete empresas atuando na agricultura, pecuária, comércio e exportação de cereais, distribuição de insumos agrícolas, beneficiamento de arroz e semente de soja e trigo, vendas de máquinas e implementos agrícolas; atua também na área de construção e pavimentação de estradas.

Na área de esporte a Holding destacou-se como principal patrocinador e incentivador do futebol de salão, conquistando, na década de 70, títulos municipais. No anos de 1998, o time Cavalca & Verona patrocinado por uma de suas empresas a Construtora Cavalca & Verona Ltda, conquistou o título de campeão paranaense de futebol de salão. E em 1999 e 2000 repetiu o feito, com a ajuda de outros patrocinadores.

São infindas as conquistas realizadas por esse homem que com um brilho no olhar, iria lembrar anos mais tarde da primeira sensação de felicidade quando avistou a mata virgem e a imensidão de terras que tornase-iam a casa, o alimento e o sustento de muitos, que como ele depositaram aqui seu trabalho, seu respeito e sua fé.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, senhores deputados.

Um dos assuntos que me fazem nesta tarde, ocupar a tribuna desta sessão, foi o encontro feito por esta Casa, representado por diversos partidos políticos com os senadores da República Álvaro Dias e Osmar Dias, bem como alguns deputados federais, que ali compareceram, na sede do PSDB do Paraná, para termos deles a posição em relação à privatização da Copel.

Mas o que nos traz senhor presidente e senhores deputados, é para testemunhar publicamente o reconhecimento feito a esse presidente e a essa Mesa Executiva, da imparcialidade com que conduz esse assunto delicado para a família do Paraná. E queria nesta oportunidade, não só na pessoa do presidente Hermas Brandão e nem também do deputado Valdir Rossoni e do deputado Anibelli, que comandam diretamente esta Casa, bem como a todos os membros da Mesa Executiva, que vêm de uma ou de outra forma, conduzindo para o bom andamento desse projeto, que é do interesse de toda a família do Paraná.

Enquanto essa presidência e essa Mesa Executiva dão exemplo, nós não temos também do outro lado da rua, o bom exemplo do Palácio Iguaçu. A pessoa que responde diretamente pelo governador, é o seu chefe da Casa Civil. Estampado nos jornais deste Paraná: "Alceni rebate críticas da Igreja". O secretário-chefe da Casa Civil argumentou ontem que as considerações do Arcebispo de Curitiba são injustas e extemporâneas: infeliz e acima de tudo, sem condições nenhuma para opinar contra a Igreja Católica, e muito menos contra alguém que

realmente representa a vontade, não de uma religião, mas do povo do Paraná. E o chefe da Casa Civil, em mais uma das suas atitudes vem a fazer com que toda a Igreja, agora emanada numa posição que não tinha no início, mas que passa a ter de agora em diante, a posição contra a privatização da Copel. Infeliz, chefe da Casa Civil quando ataca uma das maiores autoridades religiosas do nosso Estado, que tem e tão somente tem trabalhado em favor da comunidade, em favor do nosso Estado. Não tenho a procuração de Dom Ladislau para aqui nessa tribuna fazer a sua defesa, pois não é necessária.

Mas tenho a certeza absoluta, que os paranaenses de bom senso, aqueles que acompanham e que acompanharam a vida desse homem dedicado a Deus, sabem perfeitamente bem que a sua posição e a sua presença neste plenário, mais precisamente aqui ao nosso lado, naquela memorável sessão, que fazia a explanação contra a privatização da Copel, Dom Ladislau, dava uma amostra que a Igreja realmente de posicionava a favor da maioria do povo paranaense, consultado por pesquisas. E quando fala que a Igreja não se posicionou em outras privatizações, mais uma vez é infeliz a declaração do chefe da Casa Civil que representa o governador Jaime Lerner. A Igreja não se posicionou, porque temos uma única Copel do Paraná, e as privatizações feitas em energia elétrica no País, não tinham a alçada da nossa Igreja aqui do Paraná.

Eu queria, em nosso nome e acredito da Oposição desta Casa, se o Líder Waldyr Pugliesi me permite, fazer aqui um desagravo público contra as manifestações....

Solicito o Horário do PDT, senhor presidente.

... feitas pelo chefe da Casa Civil, que não deveria em momento algum ter pronunciado ou mesmo ter a condição de pré-julgar a Igreja Católica e muito mais ainda pessoa, a figura do Arcebispo Dom Ladislau.

Quero também senhor presidente, senhores deputados, dizer que o governo, a cada dia que se manifesta, faz lembrar aquele que pisa em um banhado, muda de passo, atola mais, vai mais adiante...vai ao joelho e mais adiante está na cintura.

E agora parece, líder Waldyr Pugliesi, que o lamaçal está chegando à altura do peito, do pescoço e vão se afogar, realmente, naquilo que todo o Paraná conhece, que é o lamaçal que se encontra do outro lado desta Casa de Leis.

O segundo assunto, senhor presidente, é com referência à nossa cidade de Ponta Grossa. O governador em uma manobra, logo depois daquele anúncio da Copel, através da sua assessoria de imprensa, diz no outro dia que Ponta Grossa vai ter o Curso de Medicina. Parece que num passe de mágica, igual a esse dia, próximo dia 15, quando todas as crianças esperam o nosso coelho da Páscoa, o coelho Jaime Lerner faz com que a Páscoa seja, mais uma vez, iludida ao povo de Ponta Grossa, e mais adiante nas entrelinhas, que será implantada no ano 2003 quando ele não é mais governador do Paraná, e o gover-

nador poderá ser o Roberto Requião, o Álvaro Dias ou qualquer um outro neste Paraná que poderá concordar ou não com essa pretensão absurda, que na tarde de hoje, em um protocolo no Palácio Iguaçu vai tentar mais uma vez, Tureck, enganar o povo de Ponta Grossa e o povo da região dos Campos Gerais.

Levou ele, Sua Excelência o governador, o prefeito de Ponta Grossa no Palácio Iguaçu, tirou fotografia e disse que o Paraná Urbano estaria liberado. Mentira. Mentiu mais uma vez o governador! Até hoje não liberou nenhum centavo ao município de Ponta Grossa na complementação do Paraná Urbano, como estaremos cobrando também no futuro da Faculdade de Medicina que está sendo anunciada para a sua implantação no ano 2003. Acho que ele está brincando com a inteligência de Ponta Grossa, com a região dos Campos Gerais e com o Paraná todo.

Sabemos que para a implantação do curso, aliás, já criado pelo Conselho Universitário da nossa cidade, não tem condições, nem meios, nem recursos para a sua implantação. E o governador, fazendo com que, e pensando que somos menos inteligentes do que a razão se apresenta, o governador mais uma vez, está tentando enganar a cidade, o Estado e a nossa região dos Campos Gerais.

Quero que fique registrado nos Anais dessa Casa, uma vez mais, o nosso protesto por isso que está sendo anunciado hoje, que já foi transcrito na semana passada, a vergonha e a mentira da implantação do curso de Medicina em Ponta Grossa. Estaremos entrando com um pedido, um requerimento, senhor presidente e senhores deputados, para que o governador informe quanto de recurso vai dar à nossa instituição de ensino, que é a Universidade Estadual de Ponta Grossa, que já não tem meios e nem recursos para o custeio e manutenção dos cursos que ali estão em andamento, que dirá agora com a implantação do curso de Medicina, um curso que exige uma praticabilidade, um custo operacional muito alto!

Estarei entrando com um requerimento para saber a dotação, quando vai ser empenhado, quando vai ser liberado para não continuar o governador, como aqueles vendedores de falsas ilusões e de promessas não cumpridas, e sendo tão somente, como já foi denominado, aqui ao lado dessa nossa Casa de Leis: o Cabo Canaveral lança tudo mas não chega a lugar nenhum.

Obrigado, senhor presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**)

Continuando o Pequeno Expediente, deputada Luciana Rafagnin.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Senhor presidente, senhores deputados.

Na semana passada, fez uso dessa tribuna o presidente da Comissão de Meio Ambiente, deputado Beraldin, na qual citou os fatos e o que a Comissão do Meio Ambiente, vem fazendo em torno do município de Adria-

nópolis, principalmente no grande problema que agrava aquele município, que é a contaminação do chumbo.

Esse trabalho da Comissão do Meio Ambiente é bonito e é importante, e se faz necessário que continue.

Mas, gostaria de também, como membro, participo da Comissão de Meio Ambiente, deixar aqui registrado também um crime ambiental que aconteceu, e que vem acontecendo, no município de Manguaçu, região sudoeste do Paraná. Uma equipe de reportagem, TV Sudoeste e uma outra do jornal o Diário do Povo, órgãos de imprensa do município de Pato Branco, no último dia cinco foram até a fazenda Santa Rosa, localizada no município de Manguaçu, e lá constataram que uma área de preservação florestal estava sendo desmatada ilegalmente.

A denúncia foi apresentada pela TV Sudoeste e também pelo jornal o Diário do Povo, no dia 06, o que motivou a presença do IAP, no local já no dia seguinte, comprovando a veracidade das denúncias.

As primeiras informações divulgadas por técnicos do IAP dão conta que a retirada da madeira no local não poderia estar sendo feita, já que é área declarada de preservação ambiental, além do que, o corte de madeira de lei, como a imbuia e canela são ilegais. Árvores centenárias foram cortadas. É possível ainda se constatar no local várias imbuías com mais de quatrocentos anos, e é importante ressaltar que a presença do IAP no local desse crime ambiental se deu graças à denúncia realizada pela imprensa de Pato Branco que mesmo sob ameaça dos funcionários das madeireiras lá existentes para que não divulgassem o fato, não se intimidaram e tornaram público este grave crime ambiental.

Pela gravidade das denúncias e porque essas mesmas denúncias já foram levadas ao conhecimento de autoridades competentes em épocas anteriores sem que as mesmas fossem apuradas, eu gostaria de dizer aqui, aos senhores deputados e principalmente ao deputado Beraldin, presidente da Comissão de Meio Ambiente, que faça o pedido para que membros dessa Comissão de Meio Ambiente, se desloquem até o local, para que possam lá apurar os fatos e tudo o que vem acontecendo.

Logo passarei a Vossa Excelência um dossiê com fotos e também com dados, principalmente divulgados pela imprensa da região, sobre esse grave crime.

E, gostaria de dizer ao deputado Beraldin, pedir a Vossa Excelência que ainda nessa semana, a nossa Comissão do Meio Ambiente se desloque até esse local, para ver realmente o que está acontecendo, e que nós também tomemos as medidas cabíveis que forem possíveis à Comissão do Meio Ambiente.

Muito obrigado, senhor presidente e senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão)

Dando continuidade ao Pequeno Expediente, deputado Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, senhores deputados, senhoras deputadas.

Neste momento está sendo realizada na Sociedade Vasco da Gama, aqui em Curitiba, uma assembléia dos policiais civis, que prometem para as próximas horas um ato de protesto, inclusive dentro desta Casa, com a vinda aqui das lideranças sindicais da Polícia Civil e da Polícia Militar.

Mas, antevendo esta possibilidade, e depois de falar, e aí é que quero fazer coro às palavras do deputado Luiz Carlos Zuk, há momentos que é melhor ficar de boca fechada do que falar besteira. Quando Alceni Guerra critica a Igreja por estar envolvida na questão da Copel, como se ela não tivesse o direito de se envolver, e dar a sua opinião, e não mais do que a Igreja é importante neste momento.

Mas, também na sexta-feira, sai a manchete nos jornais "Delegado tem que usar paletó, gravata. Policial Civil não pode mais andar de tênis, e nem de calça jeans, tem que ser bem apresentável." Até que é admissível, mas para que isso possa realmente acontecer é preciso pagar bem o policial, para que ele possa andar bem vestido para cumprir a sua função. E, antevendo esse desgaste todo que já vinha acontecendo, mais esta informação que ocorreu na sexta-feira e rapidamente o Palácio Iguaçu, mobiliza-se, leva as lideranças sindicais, e a Polícia Civil, para uma reunião hoje pela manhã, no Palácio. E, agora, mais uma vez, dá o documento onde se compromete de que nos próximos meses, no próximo orçamento, virá um Plano de Cargos e Salários, virão algumas reivindicação que a Polícia Civil está fazendo. Não tenho o documento, não chegou em tempo às minhas mãos, para poder ler este novo documento, que é o terceiro, de uma série de documentos, que é feito para a Polícia Civil, na tentativa de segurar a categoria. Tomara Deus que desta vez se cumpra, realmente, aquilo que está se prometendo.

Mas, independente deste documento, amanhã vai acontecer um dia de protesto, que já começou, teve às duas horas da tarde de hoje, e amanhã estarão aqui, nesta tribuna, a pedido meu, do deputado Ricardo Chab, lideranças sindicais da Polícia Civil, para expor aos senhores parlamentares, acho até que seria desnecessário, mas é bom comprovar isso, da situação real da Polícia Civil e da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Mas quero aproveitar também, senhor presidente, senhores deputados, para dizer do que está acontecendo com a grande safra de grãos que o Paraná está colhendo neste exato momento.

Nós temos filas de caminhões hoje que chegam a mais de 80 quilômetros, senão mais até, porque hoje pela manhã percorri pelo menos 30 quilômetros, 22 quilômetros do trecho Curitiba - Paranaguá e mais 8 quilômetros do trecho da BR-116, ligando o viaduto da 116 com a 277 até o bolsão da Vila São Pedro.

Filas e mais filas de caminhões estão ali aguardando já há 4 ou 5 dias para descarregar no Porto de Paranaguá.

Em situação precária, senhores deputados, caminhoneiros estão sofrendo toda série de problemas. Já ocorreram vários assaltos a caminhoneiros. Eles não podem dormir, não podem cochilar, porque senão perdem a fila, a fila anda e ele fica, e se cochilar é roubo, é assaltado. Ele não tem alimentação condigna, ele não pode fazer as suas necessidades fisiológicas, porque está à beira de uma estrada e tem que se virar como pode.

É um fato lamentável, e é bom lembrar a esta Casa que exatamente no ano passado, nesta mesma época, nós tivemos a questão do cólera, em Paranaguá, que segundo os levantamentos, foi em conseqüências da presença muito grande de caminhoneiros no litoral do Paraná. E até hoje não se fez absolutamente nada, para resolver a questão do cólera em Paranaguá.

E hoje pela manhã, fazendo este trajeto de mais de 30 quilômetros, fiz uma visita ao Fetranspar, ao Sindicato, à Federação dos Transportadores e fui ver com aqueles dirigentes, qual era a solução que estavam eles tentando para resolver este problema da fila dos caminhões, da agilização do descarregamento e tudo o mais. E sugeri a eles que fizessem uma reunião com a Secretaria de Transportes do Estado, com a Ecovia que afinal de contas cobra o pedágio mas não dá condições para esses caminhoneiros que ficam parados à beira da rodovia, não tem banheiro volante, não tem absolutamente nada, e esse pessoal fica à mercê da sorte, na questão da saúde, na questão de segurança. E sugeri, então, que fosse realizada uma reunião hoje que buscasse junto ao governo do Estado, junto à Ecovia, junto ao secretário de Transportes, no sentido de encontrarem solução com relação ao Porto de Paranaguá, e me parece que hoje à tarde deverá realmente acontecer esta reunião.

Vejam: são 65 quilômetros de fila que eu pude constatar hoje pela manhã. Daria 80, 85 mas se você desconta que na serra, 12 quilômetros não tem fila dupla, as entradas de ruas, estradas também ficam à distância, enfim, num total, 65 quilômetros de caminhões estacionais. Quer dizer: a economia do Paraná está parada neste momento. Sessenta e cinco quilômetros. 800 caminhões por quilômetros. Eu tive a preocupação de contar hoje pela manhã. Nós temos hoje 5.200 caminhões parados desde o bolsão da Vila São Pedro, na BR-116 até a entrada do Porto de Paranaguá. Contando que lá no porto, lá no estacionamento do porto, mais 1400 caminhões parados, sem contar nos postos de gasolina, nos estacionamentos também, mais caminhões parados, e certamente temos aí 7000 caminhões parados há 4 ou 5 dias, sem poder descarregar a produção.

E que é pior, esse motorista não está ganhando diária.

Se ele é de uma transportadora, menos mal. Se ele é um autônomo está ferrado, porque tem que pagar o seu caminhão, que custa em média R\$180.000,00, um cami-

nhão que está 5 dias parado, quando em outras ocasiões, em 3 dias ele fazia 2 viagens para o Porto de Paranaguá. Não pode pagar as economias de casa, não pode pagar a prestação desse caminhão e tudo o mais. É uma situação bastante grave.

Senhor presidente, estou encaminhando a esta Mesa alguns requerimentos, ao secretário estadual da Saúde, ao secretário da Segurança Pública e ao secretário de Transportes, no sentido de viabilizar o mais rapidamente possível, em um entendimento com o Porto de Paranaguá e com a Ecovia, soluções para a segurança, saúde, e para a agilização do descarregamento da soja, porque a situação é grave. O caos está aí colocado na BR-116, no perímetro urbano de Curitiba. O caos está para quem desce para Paranaguá, em uma rodovia que já não tem mais acostamento, porque os caminhões tomaram conta dessa rodovia, a carga não é descarregada.

O Porto de Paranaguá deveria - peço aos deputados, que são mais ligados à área de agricultura, fazer contato com as cooperativas e falar: Não mandem caminhão, por ora para cá, porque ficarão parados nas estradas. Não tem silo suficiente. Não tem onde estocar. Não tem aonde estacionar. Esses caminhões ficam à beira da estrada e os motoristas sujeitos a toda série de situações graves.

É um apelo que faço desta tribuna às autoridades do governo do Estado, no sentido de que, para o ano que vem, isso não se repita. E que para o ano que vem se estude e se prepare uma melhor condição de escoamento da safra do Paraná, que é o recorde - graças a Deus, deputado Pessuti - de produção, que o Paraná está tendo aí, somado a isso ainda o problema da greve do Porto de Santos, também.

Concedo um aparte ao deputado Ricardo Chab.

O Sr. Ricardo Chab

Deputado Algaci Tulio, gostaria de informar ao plenário, que os policiais amanhã estarão aqui lotando as galerias da Assembléia. Pelo menos essa é a informação que me chegou, hoje, pela manhã. Eles estão vindo do interior do Estado, com esposas também de policiais militares e civis. Amanhã usarão a tribuna da Assembléia. O deputado Hermas e esse Plenário aprovaram na última sessão, desta Casa. Vamos ter uma ampla discussão, com relação ao salário dos policiais civis.

Confesso aos senhores que a cada dia, mais temeroso fico. Primeiro, pelas precárias condições de trabalho das duas polícias, hoje, muito mais da Polícia Civil, engajada nesse momento. Segundo, não só das condições de trabalho, daquilo que eu diria nas delegacias de polícia, mas também nas ruas. Há uma precariedade muito grande: falta de viatura de material humano. Desse material humano, o pouco que tem, desmotivado.

Amanhã, com certeza absoluta, deputado Algaci Tulio, a Assembléia viverá um momento diferente, quando policiais civis, prestes a deflagrar uma greve - a greve de 24 horas começou hoje, às 14h30. É uma greve

de advertência. Eles sentirão, a Polícia Civil, aqui no plenário desta Casa, o apoio da Assembléia amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, senhores deputados.

A nossa presença na tribuna de hoje não é para falar da questão da Copel, que certamente será abordada pelos nossos líderes, deputados Nereu Moura e Waldyr Pugliesi, nos horários do PMDB e das Oposições, mas para abordar o assunto que já também discutiu o deputado Algaci Túlio, com referência às filas dos caminhões em direção ao Porto de Paranaguá.

Na semana passada estivemos verificando esse assunto, lendo nos jornais, ouvindo entrevistas em rádio, e hoje, pela manhã, também ouvindo emissoras de rádio, ouvíamos a entrevista de alguns companheiros, que estão parados à beira da rodovia. Isso nos alimentou a expectativa de irmos a plenário hoje, e falarmos a respeito desse assunto. Falar, porque há alguns dias atrás, quando nós tivemos a greve dos caminhoneiros, o Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança, através da Polícia Rodoviária Estadual, a Polícia Rodoviária Federal, tomaram todas as providências, tomaram até medidas de força para impedir que os caminhoneiros parassem à beira das rodovias, que os caminhoneiros parassem nos restaurantes e lanchonetes, que parassem nos postos de abastecimento de combustíveis.

E para tristeza nossa, hoje quando a fila chega ao perímetro urbano de Curitiba, você não vê nenhuma movimentação do governo do Estado, você não vê nenhuma movimentação da Polícia Rodoviária para resolver o problema das filas dos caminhoneiros que estão à beira das rodovias. No mês de janeiro não permitiam que os caminhoneiros parassem sequer nos postos de combustíveis, nas lanchonetes ou à beira das rodovias, porque isso causava transtorno ao tráfego, causava problema de circulação, não permitiam o direito de ir e vir. Hoje, quando as filas ultrapassam mais de 100 quilômetros, porque é que a Polícia Rodoviária Estadual e Federal não tomam providências para exigir do Porto de Paranaguá que permita a entrada dos caminhões no pátio de estacionamento que lá existe?

Hoje, ainda, ouvindo uma entrevista de um caminhoneiro, ele afirmava que normalmente o Porto de Paranaguá adota a tática de não permitir a entrada dos caminhões que não possam ser atendidos nas primeiras 24 horas que lá estiver estacionado. Por quê? Porque se o caminhão adentrar ao estacionamento e passar mais de 24 horas para ser atendido, tem que se pagar a estadia ao caminhoneiro.

Então, vejamos, senhores deputados e demais presentes, os caminhoneiros estão sendo submetidos a toda atrocidade possível que representa estar estacionado 30,

40 horas, às margens da rodovia, e como disse o deputado Algaci Túlio, não tendo muitas vezes como ir ao banheiro, não tendo como ir a uma lanchonete, não tendo, como muitas vezes, dormir uma hora, duas horas, porque isso pode ser fatal para ele, ao deixar o seu caminhão sozinho, para ir ao banheiro, para ir a uma lanchonete, ou para dormir e descansar um pouco.

Então, senhor presidente, Vossa Excelência que foi há bem pouco tempo atrás nosso secretário da Agricultura, que nós não poderíamos neste momento, deixar de tomar uma providência. Entendo que deveríamos convidar, convocar para amanhã vir a esta Assembléia e dar explicações aos deputados e à sociedade paranaense, o diretor do Porto de Paranaguá, o diretor da Ecovia, como disse o deputado Algaci Túlio, da Polícia Rodoviária Estadual e Federal, para que possamos equacionar este problema que aí está, sendo visto e sentido por toda população do Paraná, sendo visto e sentido muito especialmente pelos caminhoneiros, que de repente, poderiam ter um atendimento mais rápido, ter condições de trabalho mais dignas, se o Porto de Paranaguá ampliasse seu estacionamento ou se os recepcionasse, mesmo que fosse para atendê-lo depois de 24 horas.

Então sugiro a Vossa Excelência que convide para amanhã, aqui na Assembléia, o diretor do Porto de Paranaguá, o diretor da Ecovia, o diretor da Polícia Rodoviária Estadual e o diretor da Polícia Rodoviária Federal, para que possamos conhecer quais são as providências que estão sendo adotadas para diminuir o sofrimento dos caminhoneiros, nas filas que levam ao Porto de Paranaguá.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Ainda no Pequeno Expediente, deputado Augustinho Zucchi.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Senhor presidente, senhores deputados, senhoras deputadas. Ocupo a tribuna agora para relatar a reunião que tivemos hoje pela manhã, do PSDB, com os senhores Álvaro Dias e Osmar Dias, para fazer uma reflexão com relação ao que foi amplamente noticiado na quinta-feira passada, ou melhor na sexta-feira, fruto de discussão havida nesta Casa com relação à questão dos projetos que impedem a venda da Copel.

Senhor presidente, o Paraná pára e a população está em reflexão permanente sobre esta questão que toma conta das opiniões da população do nosso Estado. E olha, deputado Pessuti, mesmo que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, deputado Traiano, Vossa Excelência que muito bem representa a região Sudoeste do Paraná aqui nesta Casa, se a população imaginasse que o Paraná hoje não discutisse mais na Assembléia a venda da Copel, pode ter certeza absoluta, a população procuraria meios, formas de participação para pedir explicações, enfim para protestar contra a venda da Copel.

Eu precisei viajar na quinta pela manhã, devido ao falecimento, na minha terra natal, na comunidade onde nasci, de uma pessoa que significa muito para minha família, mas jamais imaginei que alguém pudesse colocar dúvidas no nosso posicionamento com relação à questão da Copel, até porque o Regime de Urgência aqui votado, deputado Elio Rusch, certamente aqui na votação ganha quem tem mais voto, mas até para que nós possamos analisar esta questão da Copel, e até porque, ouço aqui por exemplo que há críticas com relação à Igreja que entra nessa discussão, não há como segurar esta discussão nem pelos nossos projetos, nem por Regime de Urgência, nem por qualquer requerimento que possa haver nessa Casa. A discussão está vertente na população do Paraná, a população está participando das discussões, e eu imagino que as nossas posições e respeito a posição de quem é favorável à venda da Copel, mas imagino que a nossa posição, de cada deputado, estará sendo confirmado aqui pela população de todo o Paraná, aliás em todos os pronunciamentos que fizemos.

Deputado Traiano quero fazer aqui um convite a Vossa Excelência porque acho que o Sudoeste do Paraná é uma região politizada, que tem na sua essência a tradição de luta da nossa gente e a clareza do encaminhamento das propostas políticas, sempre.

Quero aqui fazer um convite a Vossa Excelência, que nós juntos possamos debater essa questão da Copel lá no Sudoeste do Paraná, reunindo a nossa população nas cidades lá na nossa região para debater com a nossa população os pontos favoráveis da privatização defendidos por Vossa Excelência por exemplo, e os pontos contrários defendidos por nós, como outros deputados aqui, como o Nereu Moura a Luciana Rafagnin, deputado Caíto, deputado Litro.

Acho que desta forma ganha o Paraná, deputado Anibelli, esta discussão, porque quem sabe o Palácio Iguaçu não entendeu o que não tinha entendido, eu volto a repetir, com relação à CPI do Narcotráfico; quando insistia em não instalar a CPI do Narcotráfico a Igreja também se posicionou naquela oportunidade.

Agora, qual será a entidade que não tem legitimidade para se posicionar, deputado Nereu Moura, se a população de forma quase unânime diz ao Paraná que não concorda com a venda desta empresa que o governo insiste em vender?

Portanto, é legítima e, eu quero deixar claro aqui, vamos conduzir esta questão com ética, com serenidade.

Há uma tendência de se acirrar os ânimos, até porque a população quer saber os deputado que votam contra e os deputados que votam a favor. Mas, tenho certeza absoluta, nenhum de nós parlamentares, quer seja a favor da venda da Copel, quer seja contra, tenha a intenção de confrontar com os colegas de Assembléia. mas o confronto é político, sim. O confronto é de opinião, com relação a esta questão e sem essa conversa mole de que não está havendo retaliação, porque é mentira. A mim retaliaram, sim! Uma retaliação barata, uma retaliação

que não diz respeito a uma discussão do tamanho que é esta questão da Copel.

Agora, jamais vou me vergar por uma retaliação tão chocha, tão chula, tão barata, tão mesquinha, numa discussão como essa, porque se deve respeitar a opinião de cada um.

A imagem que tenho do governador Jaime Lerner é de um governador que não persegue.,

Não creio que nesta discussão o governador possa levar a tal ponto essa decisão da Copel, para uma retaliação, quer seja pessoal ou política.

Mas, enfim, dizia o preceito, para quem leu aquele livro: “Duarte, da Guerra” (?): “Quando você entra, você abre duas covas: uma para você e outra para o inimigo”.

Nós vamos trabalhar sim, para que a Copel não seja privatizada e no final do debate, que ganhe a sociedade do Paraná. No final do debate, que a sociedade esteja esclarecida.

Mas, quero deixar claro aqui, que o que hoje aconteceu no PSDB é apenas a determinação dos nossos senadores, enquanto Partido do Paraná, deputado Sérgio Spada, Vossa Excelência que é o nosso líder - de nós trabalharmos para que a população venha a participar decisivamente desse processo de discussão da privatização.

Quero deixar claro à imprensa que está aqui, nada muda o nosso posicionamento, porque ele é claro e cristalino. O nosso posicionamento é firme em defesa de uma idéia que temos.

Aqui vão me perguntar: - Pois é, mas o senhor já defendeu?

Respondo - Não, na privatização o Banestado eu votei contra, inclusive. Quando houve o movimento para não privatizar o Vale do Rio Doce, estava nesse movimento e manifestei publicamente. Acho que são setores importantes da nossa vida econômica e que o Estado deve preservar.

Portanto, senhor presidente, Vossa Excelência deputado Hermas Brandão, tem dado aqui uma contribuição do verdadeiro papel, do presidente independente que seja pela instituição Assembléia Legislativa.

Parabéns, pelo seu posicionamento na discussão desta questão aqui na Assembléia.

Nós não vamos levar essa questão, deputado Elio Rusch, para a nossa disputa, quem sabe, o nosso posicionamento contrário aos deputados.

Quero deixar claro isso.

Agora, é inevitável porque a população nos pede que participemos e que estabeleçamos aí o confronto com relação à intenção do governo de vender a Copel.

Concedo um aparte, mesmo que rápido, ao deputado Elio Rusch.

O Sr. Elio Rusch

Deputado Augustinho Zucchi, estou ouvindo atentamente o vosso pronunciamento e não sei qual é a retaliação que Vossa Excelência estaria sofrendo em relação à sua posição contrária à privatização da Copel.

Vossa Excelência também fez menção à questão do PSDB do Paraná, e a Bancada do PSDB tem fechado questão em torno à não privatização da Copel.

Agora, pergunto a Vossa Excelência, como é que o senhor vê a questão do presidente da República, que é PSDB, que quando o senador Antonio Carlos Magalhães, se manifestou contrário aos interesses do presidente da República, o primeiro ato que o Fernando Henrique Cardoso fez foi demitir todas as pessoas que tinham ligações diretas com Antonio Carlos Magalhães?

Então se nós falarmos em termo de PSDB, em questão de posicionamento dos parlamentares, nós não podemos esquecer que o PSDB, que é o maior líder do Brasil, é o presidente Fernando Henrique Cardoso e que foi ele que fez a grande retaliação em cima do senador do PFL que é Antonio Carlos Magalhães, que quando se mostrou contrário aos interesses do presidente da República, demitiu ministros, demitiu as pessoas ligadas a ele. Quer dizer, isso não dá para entender! Quer dizer lá em Brasília vale, aqui no Paraná não pode valer? É difícil de entender o PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Concedo mais um minuto para que Vossa Excelência possa concluir o seu pronunciamento.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Procede o seu aparte, deputado.

Em primeiro lugar, eu não encontro guarida em nenhum tipo de seriedade que possa ser denunciado pelo senador Antonio Carlos Magalhães, neste País. Em segundo lugar, pelo menos, o presidente Fernando Henrique Cardoso teve a decência e a coerência de ir à televisão e dizer que estava retirando a parcela de poder aquinhoadada ao senador Antonio Carlos Magalhães.

Eu não estou reclamando, estou dizendo que o governo que diga que está tirando os cargos de deputados aqui nesta Casa, que lhe apoiavam até esse momento, porque não concorda com a privatização da Copel. É apenas isso. Não dizer nos jornais e rádios que está havendo pressão! Não, não está havendo pressão! Aí vem o chefe da Casa Civil dizer: Está havendo barganha com cargo e não sei o que...! Ora!....

O SR. SERGIO SPADA

Deputado Zucchi eu solicito aparte e concedo o tempo do PSDB.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Perfeitamente, deputado.

O Sr. Sérgio Spada

Eu gostaria de manifestar solidariedade e não só minha, mas de toda a Bancada do PSDB a essas atitudes mesquinhas, pequenas, do governo Jaime Lerner, que aliás, nos ajudamos a eleger, e ocupamos o espaço a partir do momento em que participamos da eleição e ajuda-

mos a eleger o governador Jaime Lerner e se num determinado momento como é o que está acontecendo hoje, o PSDB chegou a conclusão de que a Copel, neste momento, (neste momento, esta é a questão), não deve ser vendida por este governo que marcha para o final, que já vendeu quase metade da Copel, que já vendeu praticamente toda a Sanepar, que já vendeu a Ferroeste, que privatizou o Banestado e nada mostrou com os recursos arrecadados com essas vendas, é natural é lógico que nós, pensando no bem do Estado do Paraná e dos próximos governos, seja quem for, é importante frear essa onda de venda e dilapidação do patrimônio público aqui no Estado do Paraná e é essa a posição da Bancada do PSDB. Não é contra a privatização por ser contra. É contra a privatização da Copel neste momento, nessas circunstâncias, por esse governo e por tudo o que eu falei.

A minha solidariedade, deputado Augustinho Zucchi, é real. Vossa Excelência ajudou este governo a se eleger, Vossa Excelência elegeu uma série de prefeitos na sua região, deu discurso de apoio ao governo e hoje há golpes baixos, jogo barato, troca de delegados “calça curta”, uma vergonha total nessa política pequena sendo patrocinada pela Casa Civil e pelo Governo do Estado.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Quero agradecer o aparte e dizer para que fique claro, que não tenho participação administrativa no governo, porque não indiquei nenhum cargo para o governo do Estado.

Apenas e tão somente eu sei desse processo com relação a companheiros nossos, de primeira hora do governador, muito antes do que eu, porque não têm a mesma origem política do nosso governador mas sempre respeitei e aqui sempre colaborei com a Bancada da Situação, mas é uma função política do governo estabelecer o divisor de águas.

A única coisa que gostaria que acontecesse é que houvesse clareza nesse sentido, clareza de atuação do governo nesse sentido e que não houvesse subterfúgio com relação a essas questões.

Agora, eu não tenho nenhum problema, “porque demiti um delegado?” A única coisa que posso dizer ao governo, é que ele nomeie quem ele quiser, delegado, porque não fui eu quem nomeou e mais do que isso, tem que dar gasolina e pneu para as delegacias poderem atender à população.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Passamos ao Horário do Grande Expediente.

Concedo a palavra ao deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor presidente, senhores deputados.

Ouvi há pouco o pronunciamento do deputado Augustinho Zucchi, só gostaria que o deputado não

ficasse tão irritado porque apenas um tapinha não dói. Não tem problema, fique tranqüilo. Como não sou Líder do Governo, não tenho condições de dar resposta.

Mas, senhor presidente, venho a esta tribuna para fazer uma denúncia quanto ao procedimento de uma juíza na comarca de Laranjeiras do Sul. A juíza Helena Gomes Gonçalves. Porventura, no decorrer do tempo fiz amizade com um repórter de uma rádio de Laranjeiras do Sul. Digo para os senhores que é um repórter crítico, até agressivo, e aconselhei-o a deixar baixar um pouco o tom de voz.

Mas, vejamos o que aconteceu em Laranjeiras do Sul com este repórter e que os radialistas daqui, escutem minha história, se possível for.

Ele fez críticas ao prefeito de Laranjeiras do Sul e pediu o prefeito, direito de resposta. A juíza determinou que citasse o diretor da rádio para o direito de resposta. A pessoa encarregada para citar o diretor da rádio, foi à rádio às 10:00 horas. Às 11:00 horas não encontrou nem o repórter e nem o diretor da rádio, porque quem tinha que ser citado não era o repórter, era quem mandava na rádio. Pasmem os senhores: às duas horas da tarde quando o repórter iniciou o seu programa, adentrou à cabine o delegado, oficial de justiça e a juíza, com um papel na mão, onde ela diz o seguinte: “Você assina ou você está preso!” O repórter disse à juíza que não assinaria, porque quem tinha que ser citado era o diretor da rádio, não ele. E a juíza deu voz de prisão ao repórter.

O repórter permaneceu. A juíza, autoritária, prendeu o repórter, tirou do seu trabalho, invadiu a rádio, levou-o à Delegacia e lá deixou-o preso, quinta-feira às 16 horas. Passou sexta-feira e me pediram que fosse a Laranjeiras do Sul. Deixei aqui em Curitiba um advogado para tomar as providências e fui até lá. E lá chegando, encontrei na frente da Delegacia, uma multidão em torno de 500, 600 pessoas, pouco mais. E a juíza mente na sua nota no jornal “O Estado do Paraná”, quando diz que na frente da Delegacia tinham de 30 a 40 pessoas onde o repórter dá algumas dentaduras.

Vejam: não é problema da juíza se o repórter dá dentadura ou dá a cesta básica.

Outra questão, senhor presidente, e acredito que tenha que ser oficiado a esta juíza, doutora Helena. Ela diz que lugar de juiz é no Fórum e lugar de deputado é na Assembléia. Os senhores vejam que ela já está querendo determinar que nós permaneçamos aqui dentro da Casa e não possamos mais sair nas ruas. Esta é a juíza que trabalha em Laranjeiras do Sul e que segurou esse repórter 29 horas preso, e depois de muita pressão da população, de advogados, da O.A.B., de desembargadores de Curitiba, conversamos com o presidente do Tribunal de Justiça, com o corregedor que já tem conhecimento das ações arbitrárias desta juíza. Ela tem coragem de mandar uma nota ao jornal “O Estado do Paraná”, uma nota onde falta com a verdade. Vocês imaginem se essa juíza tem condições de arbitrar qualquer medida, quando ela falta com a verdade nos esclarecimentos. Ela diz que tinha 30 pes-

soas! Quando cheguei a Laranjeiras do Sul meu primeiro procedimento foi pedir uma filmadora. semana que vem eu trago aqui as filmagens, onde prova que a juíza está mentindo.

Outra coisa, ela invocou com esse repórter de uma forma...

O direito de resposta, os radialistas que me corrijam se eu estiver errado, é automático. Você não precisa nem recorrer ao juiz. Se você pedir ao diretor da rádio, ele é obrigado a te dar o direito de resposta.

Agora não, ela queria achar uma forma para prender. Prendeu dois repórteres; um sob fiança foi liberado, o outro não foi.

Aqui ela diz também, que os antecedentes criminais só chegaram ao Fórum depois das 16:00 horas. Eu quero dizer que o repórter não tinha antecedentes criminais, não tinha nada que justificasse, que ele ficasse preso.

Então, na verdade, o seguinte: O que ocorre em Laranjeiras do Sul é uma conivência da Polícia Militar do Paraná, por temor desta juíza. O maior absurdo é cometido e está filmado. Eu cheguei a Laranjeiras do Sul e usei um microfone, onde, se tivesse 30 pessoas eu não precisaria de um microfone tinha 500, 600 pessoas na frente da Delegacia e disse a eles: “Estou aqui, mas quero fazer um pedido, não quero nenhum ato de desordem, porque se tiver um ato de desordem eu não ficarei aqui para defesa desse repórter”.

Entrei na Delegacia e lá fiquei das 14:00 horas às 10:00 da noite. Por volta das 19:00 horas a juíza determinou ao delegado de polícia que removesse o preso para a cidade de Guarapuava.

Pasmem os senhores, determinou ao delegado, porque preso estava sob a custódia do delegado.

Sabe quem entrou na Delegacia? O comandante da Polícia Militar de Laranjeiras do Sul entrou e eu estava na porta da cela e ele disse: “Eu vou remover o preso para Guarapuava”. Eu disse: “Vossa Excelência não vai remover, porque o preso está sob custódia do delegado e Vossa Excelência só pode acompanhar o preso se for requisitado pelo delegado de Polícia”.

Pedi ao comandante que usássemos de bom senso naquele momento e que aguardássemos a decisão do habeas corpus, que estavam reunidos em Curitiba e que dentro de alguns minutos deveriam chegar a Laranjeiras do Sul. Nós tínhamos essa notícia de Curitiba, porque era claro que o repórter seria solto.

O comandante da Polícia Militar naquela momento foi simpático, aceitou. Só que ele aceitou e saiu por um corredor e entrou em outra sala. Achei que ele tinha aceitado minha proposta. Fiquei na porta da cela conversando com o radialista, onde estava o Cantini que é repórter da rádio de Cascavel, estava a TV Tarobá e outros meios de comunicação. Cinco minutos depois, adentram naquele corredor onde eu estava, 12 policiais. Dois estavam usando trabuco, 2 armas de grosso calibre. Eles empunharam as duas armas e chegaram agressivamente neste

deputado, senhor presidente, e ali houve uma luta corporal de 1 contra 12. Enquanto eles me arrancavam da porta da cela, lutava para não desgrudar da porta. E eu sempre dizendo ao comandante da Polícia Militar: “O senhor está incorrendo em erro sob mando da juíza, e o senhor será responsabilizado por essas atitudes, porque o senhor não pode vir aqui arrombar a porta da cela sem o pedido do delegado de Polícia.”

Enfim, senhor presidente, me pegaram, cinco seis policiais, me arrancaram da porta da cela e me levaram para a sala do delegado.

Aí não tinha chave e foi aquele “sururu” dentro da Delegacia onde tinha vinte pessoas acompanhando todo esse fato. Como a advogada estava lá ligou para a juíza, e disse à juíza que tinha que ter bom-senso naquela momento, que não era possível que a Polícia Militar agisse daquela forma adentrando a Delegacia, e querendo remover o detento sem ordem do delegado, existia determinação da juíza para o delegado, não para a Polícia Militar. Num lampejo, a juíza aceitou e revogou a sua medida de remoção do preso para Guarapuava. Depois de todas as agressões sofridas com a Polícia Militar, meia hora depois aconteceu o óbvio, saiu o alvará de soltura do detento.

Então, disse hoje aos meios de comunicação que me procuraram: lamento que uma juíza se preocupe se o repórter dá dentadura ou cesta básica. Eu não estou entrando aqui e nem fazendo a defesa do repórter, não quero fazer isso, a questão da dentadura, da cesta básica é um problema do repórter, não é um problema da juíza, se ela quiser ajudar pobre, escuta, os repórteres que estão aqui não fazem isso? Qual é o crime?

Outra questão, senhores, a juíza querer determinar que este parlamentar permaneça na Assembléia, que lugar de deputado não é em Delegacia de Polícia. Lugar de deputado é em qualquer lugar do Paraná, onde ele puder defender o povo. E o que aconteceu de mais incrível, e aí é que nós tivemos uma discussão muito áspera com o comandante da Polícia Militar, que quando saí de Curitiba telefonei ao comandante da Polícia Militar do Paraná e disse: “Comandante, estou me dirigindo a Laranjeiras do Sul, gostaria de ser acompanhado pela Polícia Militar, porque não quero amanhã ou depois alguém venha dizer que eu incitei o povo ou fiz algo contra a lei”.

O Comandante de Laranjeiras do Sul não obedeceu à determinação do Comandante Foltran; lá não tinha nenhum policial. Duas horas depois que eu estava lá, o comandante Foltran me ligou perguntando se eu estava tendo segurança. Eu disse que não. Ele duvidou: “não é possível, eu determinei”! Aí eu saí na porta da Delegacia e pedi para o povo, porque o povo estava lá na rua, e disse: a Polícia está aqui? O povo gritava: ““não, não está”. Dali a pouco chega o comandante da Polícia Militar, nervoso, irritado e até parece um cara preparado, mas acredito que está sob pressão da juíza, chegou, adentrou a Delegacia e de dedo em riste, quis dar de dedo no dele-

gado. Entrei no meio da conversa e pedi para que ele baixasse o dedo, falasse em tom de voz mais baixo. E ele reclamou com este deputado: “onde se viu, o comandante da Polícia Militar vir aqui à Delegacia de Polícia e ser vaiado?”

Ora, senhor presidente, sabe o que era a vaia? A vaia, realmente, uma coisa a juíza fala a verdade, era de pessoas humildes, simples e que precisam de dentadura e de cesta básica. Mas, quando você é vaiado pelo humilde e simples, algo está errado. Eu disse ao comandante: talvez essa vaia sirva de alerta para que vocês prestem atenção no que vocês fizeram ontem, porque na hora da prisão do repórter reuniu a mesma multidão na frente da Delegacia e, na calada da noite, bateram nas pessoas que lá estavam.

Então, senhor presidente, lá em Laranjeiras do Sul, não tem condições de permanecer: a juíza, desmoralizada; o comandante da polícia militar, desmoralizado; e precisa também, que se devolva, o Delegado de Polícia Civil, porque há um desentrosamento entre os poderes, entre as pessoas que cuidam da segurança. E não é mais possível, senhor presidente, que, uma juíza queira determinar aonde um deputado deva ficar.

Segundo: aonde um comandante da Polícia Militar, possa agredir um deputado, agredir da forma que fomos agredidos? A grande verdade é que eu não saí da porta da cela, e só fui removido à força e com truculência.

O Sr. Nereu Moura

Concede um aparte, deputado Valdir Rossoni?

(Assentimento)

Deputado Valdir Rossoni, estou acompanhando o seu pronunciamento e quero dizer que não concordamos, em absoluto, com as agressões que Vossa Excelência relata por parte do Poder Judiciário, por parte da Polícia Militar. Aliás, para Vossa Excelência ter um pouco de noção, quanta dor sentimos com a Polícia Militar, quanto à greve dos caminhoneiros, quanto de outros enfrentamento, quando a polícia, de forma truculenta, procurava enfrentar o movimento social organizado do Estado do Paraná?

Agora tenho uma outra visão quanto a este episódio, deputado Valdir Rossoni. A doutora Eloísa, juíza de direito de Laranjeiras do Sul ter sido vítima permanente de agressões por parte da rádio aonde trabalha esse locutor ligado a Vossa Excelência politicamente. Ela é uma juíza equilibrada, competente e eficiente, responsável pelo desmantelamento do crime organizado na região de Laranjeiras do Sul, incluindo Marquinhos e outros municípios. Tem sido peremptoriamente vítima de agressões.

No caso dela, houve sim, um descumprimento de ordem judicial. O prefeito de Laranjeiras do Sul, eleito democraticamente pelo voto popular, tem recebido também, diariamente, constantemente, ofensas, e há incitação da população contra a sua autoridade. A juíza determinou o direito de resposta, um oficial de Justiça se dirigiu à Rádio Educadora e não teve acolhimento, e as

peças não quiseram se dar por citadas. Aí a juíza foi pessoalmente à rádio, e, mesmo assim, a pessoa não querendo se dar por citada, ela deu voz de prisão por desobediência judicial.

De forma que há duas versões para o fato. Não concordo com os excessos, mas também não posso concordar com as colocações de Vossa Excelência, procurando denegrir a imagem de uma pessoa que conheço e que tem feito do Poder Judiciário, um Poder voltado aos interesses da comunidade.

Por outro lado, não cabe à retirada do juiz, ou não, porque ela tem, pela Constituição, o direito da irremovibilidade, ela é irremovível. A Constituição lhe faculta, lhe assegura esse direito.

De forma que a Assembléia não pode querer interferir, no caso específico do Poder Judiciário. E, para concluir, quero me solidarizar com Vossa Excelência pelas eventuais agressões que Vossa Excelência recebeu da polícia comandada pelo governo Jaime Lerner.

O SR. VALDIR ROSSONI

Quero dizer a Vossa Excelência, que a polícia comanda pelo governador Jaime Lerner é a mesma comandada pelo senador Requião; não trocou a polícia.

Quería dizer que quando Vossa Excelência coloca que quero remover a juíza, estou falando em nome da população. Trago as fitas a Vossa Excelência, e diz que tinha lá trinta pessoas. Vossa Excelência está convidado, no dia de amanhã, para eu mostrar as fitas. Então uma juíza que falta com a verdade no número de pessoas que estavam na frente da Delegacia, já não merece mais a nossa solidariedade;

Outra questão: O direito de resposta dado, deputado Nereu Moura, Vossa Excelência está mal informado. Qualquer crítica sofrida pelo prefeito ou qualquer autoridade, o direito de resposta em meios de comunicação, é automático.

Estou falando a verdade, deputado Ricardo Chab, ou não?

O SR. RICARDO CHAB

Sim.

O SR. VALDIR ROSSONI

O direito é automático. Não precisa nem a juíza determinar.

Se não fosse encontrado o diretor da Rádio, ora, não poderia chegar às 14h00 da tarde e prender os repórteres. porque não foram citados. Tinha que citar o diretor da Rádio, ou prender os diretores da Rádio. Não quero entrar na questão da crítica. Acho que as duas partes têm as suas razões. Conheço a eleição de Laranjeiras do Sul, não quero entrar nesta questão de querer fazer a defesa do repórter e nem fazer a defesa do prefeito. Não quero entrar nesta questão.

Só estou dizendo que temos que ter cuidado. Cuidado quando vemos a justiça - através de uma juíza,

agindo desta forma, quando vemos um comandante da Polícia Militar agindo desta forma. Porque como agiu contra mim, pode agir contra Vossa Excelência. Se agiu contra mim ou contra Vossa Excelência, desta forma, imagine o que ele viria fazer com este repórter, se ele estivesse sozinho na cela. Imagine o que eles iriam fazer! Na transferência para Guarapuava, o que iria acontecer! E foi aí o nosso problema, e foi aí a nossa briga.

Porque eu disse que o repórter não iria para Guarapuava se eu não fosse junto, porque daria garantia de vida ao repórter.

O SR. RICARDO CHAB

Vossa Excelência me concede um aparte?

Assentimento.

Só gostaria, deputado, de até fazer aqui uma comparação. Achei interessante a posição do deputado Nereu Moura. Prestei bem atenção. Ele diz que a Justiça foi cumprida.

Gostaria muito que a Justiça tivesse o mesmo procedimento em Curitiba e na região metropolitana. Tenho certeza absoluta, se a Justiça agisse assim, prontamente, rapidamente, séria, como foi nesse caso, os índices de criminalidade em Curitiba caíam em 90%.

Só essa a minha colocação.

Obrigado.

O SR. CARLOS SIMÕES

Vossa Excelência me concede um aparte?

Assentimento.

Prezado deputado Valdir Rossoni, meu amigo. Já ouvi sua história, no seu gabinete. quero saber uma coisa, contestando aqui o deputado Nereu Moura. Com absoluta clareza, juízes e promotores vivem dando opinião sobre este ou aquele deputado.

Quem são eles. que nós não possamos emitir opiniões? Que também são empregados do povo? Aliás, muito bem pagos pelo pouco que fazem pela Justiça do Paraná e também do Brasil. Não somos intocáveis. A nossa prerrogativa de deputado, Nereu Moura, que o senhor usa muito bem na Oposição, andam dizendo que: "Não podemos nos manter no Judiciário". O que é isto? Quem é o Judiciário? É feito por quem?

Homens e mulheres iguais a nós! Falíveis, aliás muito mais falíveis do que nós. E neste instante, deputado Rossoni é que vem o grande problema, o erro que o Congresso Nacional cometeu ao abrir vagas para promotores e juízes. Tem gente imatura, gente não apta para exercer uma profissão tão importante, tão fundamental para o País. E digo ao senhor uma coisa: duvido que Laranjeiras do Sul e toda a região aonde essa juíza age, que ela tenha a mesma serenidade, a mesma brevidade para elucidar um assassinato, para prender um sonegador. Duvido! Desafio. Duvido! É muito valente quando se oprime um canto, quando não tem saída um repórter, um simples! Aí sim, o juiz é valente, o promotor é valente. Quantas coisas sabemos aqui, povo.

Nós todos sabemos que há punidade e não haverá punição. Sabemos que não haverá. Por que são tão machos, quando pegam uma fragilidade pela frente.

Quero me colocar com veemência na defesa, porque todos nós sofremos também na comunicação, momentos não tão graves, mas parecidos, onde há uma intromissão indevida e inadequada.

Nós, seremos humanos, temos o direito de criticar: padre, pastor, freira, juiz, promotor - tudo é a mesma coisa. Somos todos iguais. É uma questão de função, onde em um momento da vida, de hierarquia - depois baixa tudo para zero. Está aqui o Anibal Khury, que era poderoso morreu. Outro morreu. Outro morreu, outro não é mais. Outro aposentou.

Deputado Valdir Rossoni é um retrato também e que comentávamos hoje, no seu gabinete e que na semana passada após a Páscoa é um assunto que nós vamos movimentar a Assembléia, a Segurança Pública no Paraná começa amanhã.

Deputado Ricardo Chab, secretario péssimo, comandante péssimo, delegado-geral péssimo, tudo mal. Ninguém obedece ninguém. É como a casa da sogra, quando o sogro morre, vira um tumulto que não tem jeito.

Isso serve também na sua defesa, um grande recado para o Palácio Iguaçu: que se acordem e se movimentem, porque a Segurança Pública no Paraná vai mal.

O senhor é o 1º secretário da Assembléia. Imagine, deputado Valdir Rossoni, se fosse o meu pai, um homem analfabeto, agricultor aposentado, tinha apanhado na cara, iam cuspir na cara do meu pai, pisar no seu pescoço.

Fosse um de nós, deputados do baixo clero, aqui, deputado Ricardo Chab - só que eu esperneio e grito bastante, imagine o senhor deputado Valdir Rossoni.

Eu gostaria aqui, meu presidente Hermas Brandão, de fazer um apelo - o Valdir não pediu isso - em nome dos comunicadores, desta Casa, que nós queremos do senhor uma posição pública, após o pronunciamento e providências, com o nosso apoio, estamos juntos e não é corporativismo, em absoluto. O senhor passou constrangimento e não está contando aqui - o senhor me contou no seu gabinete. Queremos uma posição do presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, em favor desta Casa, dos deputados, que estão na defesa de seus interesses e do povo do Paraná. Lá é a sua facção política.

O comunicador é um brasileiro, um paranaense, um leitor, está preso. Vamos defendê-lo. Vamos. É companheiro, amigo e também está na sua razão.

Deputado Valdir Rossoni a nossa solidariedade e o nosso carinho, nos colocamos à sua disposição para qualquer empreitada, nesse sentido.

O Sr. Irineu Colombo

Deputado Valdir Rossoni, permite-me um aparte?

Assentimento.

Quero separar uma parte do seu pronunciamento e me deter a ele, porque em outras questões podemos até

ter opiniões divergentes, mas acho que tem aqui a figura do Parlamento Paranaense.

Eu sei o que Vossa Excelência sentiu, porque eu, em São Miguel do Iguaçu, junto com o deputado Eli Ghellere, fui alvo de uma voz de prisão dos tenentes Nivaldo, Márcio quando estava me reunindo com os caminhoneiros, debaixo de um posto de gasolina. Sei o que é, senhores deputados, você estar completamente cheio de razão e estar com o bom-senso do seu lado, equilibrado e o cara com uma arma lhe apontando. Sei o quanto é angustiante, o quanto que a adrenalina, a química interna vira.

Nesse aspecto, há poucos dias, fiz uma referência ao pronunciamento do deputado Luiz Carlos Zuk, que fala da questão da Polícia Militar do Paraná. O presidente da Casa colocou à disposição, até para ver o meu caso, eu falei que não, depois daquele momento eu achei que era uma questão que tinha que ser resolvida com um questionamento político e não atentar contra aqueles tenentes, que eu acho que receberam ordens superiores, para fazer aquilo, eu tenho essa convicção. Não tomei nem um procedimento da Casa, não quis colocar em constrangimento a figura do presidente da Casa, nessa situação, mas deixar aqui registrado, tem a minha solidariedade, nesse aspecto.

Não vou entrar no mérito da juíza e tudo mais, que eu tenho até uma opinião um pouquinho divergente, mas vá lá, eu sou uma das pessoas que enfrentou já o problema quando o comando da Polícia não ouve a gente, com excessão de um coronel aqui, numa ocasião, que nos atendeu, infelizmente não me vem à memória o nome dele, eu já fiz menção ao seu nome aqui. Mas, me parece que há uma predeterminação de tratar mal deputados, viu, deputado Simões, me parece que há uma predeterminação de falar assim: - "Deputado não manda, deputado tem que ser tratado no cacete. "Me parece que é isso.

Então isso exige uma reflexão nossa, primeiro: - O comando tem moral, suficiente sobre a tropa? Qual é a orientação política da Polícia Militar, porque tem que ter orientação política, não partidária mas tem que ter orientação política do bom senso, de respeitar as normas e saber que nós não temos armas, nós não vamos lidar com armas mas nós temos o poder de opinião e nos submetemos ao constrangimento, se estivermos errados nós seremos julgados, pelo menos, a cada 4 anos. Esse é o julgamento mais eficiente que existe.

Então, quero me solidarizar neste aspecto, acho que as providências com relação à Casa nós podemos fazer um debate com a presidência, ver que tipo de ação vamos tomar. Mas acho que é um pouco cedo para tomar qualquer ação com o Poder Judiciário e tudo mais, aliás, nós do PT temos já proposta, há muito tempo, de ter um controle externo do Poder Judiciário.

Muito obrigado.

O SR. VALDIR ROSSONI

Só queria colocar aqui, complementando o que o deputado Colombo colocou, com muita propriedade, e

que eu também procurei, no meu pronunciamento, não entrar na questão política local, porque é uma questão que não deve ser discutida e em política tudo é possível, tudo é discutível e as duas partes querem ter razão. Eu não entrei nessa questão, não fiz uma crítica ao prefeito de Laranjeiras do Sul, acho que ele tem todo o direito de resposta. Até pedi ao dono da Rádio que coloque uma placa, na frente da Rádio, para nunca mais ter problemas: - Quem se sentir ofendido venha à Rádio que terá direito de resposta, imediatamente. Ele vai pôr uma placa na frente da Rádio porque não corre mais o risco de ser preso.

Agora, uma verdade o Colombo falou, o comando da Polícia Militar do Paraná, precisa, urgentemente, meu caro líder Durval Amaral, tomar medidas políticas para que elas saibam como tratar com as autoridades, nesse Estado. Porque se eles agem dessa forma, e diga-se de passagem, o comando da Polícia Militar de Laranjeiras do Sul, pelo que eu vi, como ele discutiu comigo, em voz alta, ele é um cara nervoso, como eu também sou, mas ele é cara preparado, então ele não foi lá, de graça. Ou ele não iria lá, em vão, do jeito que foi, para me arrancar da porta da cela onde eu estava defendendo o direito do repórter, de falar.

Porque o repórter, por mais áspera que seja a crítica, eu pergunto aos senhores, quem leu a Gazeta do Paraná, nos últimos dias? Ora, as críticas da Gazeta do Paraná, nos últimos dias, não quero entrar na questão, têm sido áspera, têm sido duras. Há alguém preso? O ofendido entra na Justiça e a Justiça que decida. Agora não pode a justiceira, de papel em punho, retira o repórter de dentro do seu trabalho, leva para a delegacia, prende, segura 29 horas de prisão. Se ele fosse tão ruim não teria tantas pessoas na frente da Delegacia e aí só soltou, senão estaria mofando na prisão até hoje, por questão de muita pressão e ela viu o erro que cometeu quando induziu o comandante da Polícia Militar a invadir a Delegacia sem autorização do delegado.

O Sr. Geraldo Cartário

Deputado Valdir Rossoni, primeiramente não poderia ser diferente, nós que estamos aqui há 10 anos convivendo com Vossa Excelência, não poderia ser diferente a sua atitude, mas reconheço que é uma atitude corajosa e principalmente de companheiro, quando Vossa Excelência fica à frente de uma cela, 6 horas, discutindo, dialogando, enfrentado pessoas armadas, e que inclusive sujeito a consequências desastrosas, me fez lembrar um episódio, quando era muito jovem, que aconteceu na cidade de Cornélio Procopio, quando o deputado Nilson Ribas perdeu a vida num enfarte ao telefonar para o governador numa atitude também arbitrária da Polícia Militar numa convulsão social que tinha em Cornélio Procopio, ele faleceu, hoje é nome de rua em Curitiba e outras cidades do Paraná.

Logicamente Vossa Excelência sabe o quanto arriscou, mas a sua personalidade não poderia ser dife-

rente, por isso que o meu aparte é simplesmente para lhe cumprimentar pela lealdade e amizade que teve com o seu repórter, pois companheiro político de deputado não tem defeito, é assim que eu também trato os meus amigos.

Obrigado pela sua postura, coragem, atitude, isto sem dúvida enaltece toda a classe política especialmente os deputados, pois nos chamam de tudo, menos de covardes.

O SR. VALDIR ROSSONI

Este repórter não tem nada na sua ficha criminal, eu não estaria lá jamais defendendo bandido, ele pode ter exagerado nas críticas ao prefeito, até pode, mas é dado o direito de resposta.

Encerro meu pronunciamento apenas preocupado pela situação da segurança em Laranjeiras do Sul. Acredito que não tem autoridade de permanecer em Laranjeiras do Sul, nenhuma das pessoas que têm o dever de fazer com que a justiça seja feita, porque com atitudes como esta, quando a juíza diz, senhor presidente, que o meu lugar é na Assembléia, o dela não era na Rádio prendendo o repórter, ela poderia ter determinado ao policial prendê-lo não ela prender, então, ela se contradiz, ela falta com a verdade, e aí o seguinte: quando ela entra nas questões de dentadura e cesta básica, aí de uma vez por todas ela destorce a questão e vai para um campo que não lhe compete, porque se eu quiser ajudar alguém é a minha vontade, não é a vontade dessa juíza.

Então, trago esta questão a esta Casa, é de extrema gravidade e que sirva de alerta, o caso do Colombo, o meu caso, e que vai amanhã ou depois, talvez para alguns dos senhores que estão com vontade de achar que a Polícia Militar lá comigo não agiu truculentamente, não me empurrou para o canto, não me fechou numa sala, não pegaram em 11 me agarrando, vou ter a fita amanhã, está filmado, 11 policiais, inclusive o comandante da Polícia Militar. Onde estamos? Imaginem se eles pegam esse repórter sozinho o que eles fariam, se fizeram com esse deputado o que fizeram? Mas permaneci lá até a hora da soltura. Às oito horas, veio o alvará, pedimos à população que não soltasse foguete como o outro lado soltou e pedimos para que todos fossem para casa e não fizessem nenhuma manifestação, porque ali tinha, na frente da Delegacia, de mil pessoas, 999 não ganhavam 2 salários mínimos. Era o povão que estava lá e a voz do povo, é aquele ditado "é a voz de Deus".

Amanhã poderemos voltar a esta questão

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão)

Encerrado o Pequeno Expediente passamos ao Horário dos Lideranças.

Pela Ordem o deputado Augustinho Zucchi.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Senhor presidente, apenas solicito pela ordem, não sei se cabe apenas solicito pela ordem, não sei se cabe

nesse sentido, mas para dizer a Vossa Excelência o seguinte. Ouvi o pronunciamento do deputado Valdir Rossoni e vamos esquecer os problemas políticos que hajam por lá, etc. e tal. Mas, acho que este relato da possível agressão sofrida pelo deputado Valdir Rossoni é algo que compete à Casa, porque, veja bem, se o deputado Valdir Rossoni, Vossa Excelência que sabidamente é uma das pessoas mais influentes dentro do governo, foi líder do Governo, é 1º Secretário dessa Casa, se sofreu esse tipo de afrontamento lá, um afrontamento a um deputado na minha opinião, é um afrontamento ao Poder Legislativo do Estado do Paraná.

Acho que em nome da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná a ação tem que ser imediata com relação a esta questão em Laranjeiras do Sul.

Não vamos considerar, deputado Rossoni, que é um Poder Judiciário que é um poder independente. Mas, a polícia, com relação à atuação nesse caso, tem que ter obviamente uma postura rápida e determinante da nossa Casa, porque senão nós ficamos todos vulneráveis, a ponto de nós, em qualquer manifestação pública, sermos afrontados num momento que nós estamos exercendo o nosso papel de deputado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Respondendo a sua questão de ordem, está Presidência tomará as medidas cabíveis se dirigindo inicialmente ao governo do Estado e também ao Judiciário.

Pela Ordem o deputado Cezar Silvestri.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Da mesma forma que o deputado Augustinho Zucchi, apesar de não concordar com a forma que esse repórter faz política, é importante que todos saibam, ele foi candidato a prefeito de Laranjeiras do Sul. O próprio deputado Valdir Rossoni já foi vítima de acusações feitas por esse repórter. Discordo da forma como ele faz política, discordo da forma como ele faz o seu programa político, mas sou totalmente solidário ao deputado Valdir Rossoni.

Acredito que, independente da influência que o deputado Valdir Rossoni tem junto ao governo, independente de ter sido líder do Governo, independente de ele ser presidente do PTB, independente de ele ser deputado respeitado por todos nós deputados desta Casa, quando um deputado sofre agressão por parte da Polícia Militar, por parte do juiz, por parte do promotor, por parte de quem quer que seja, acho que esta Casa tem que se manifestar.

Pediria, reiterando o pedido do deputado Augustinho Zucchi, reintero e faço apelo ao presidente Hermas Brandão para que realmente a Casa de pronuncie e exija explicações por parte da Polícia Militar.

Deputado Valdir Rossoni, hoje o senhor está sendo mais uma vítima, mas isso vem ocorrendo com muita frequência, infelizmente, por parte da Polícia Militar em todo o Paraná.

A minha esposa, nas últimas eleições, para deputado há dois anos atrás, foi vítima, em Guarapuava, também, quando ela estava próximo a uma escola. Só não foi presa e agredida, por ser mulher, mas a pessoa que estava acompanhando, foi presa, humilhada, agredida por policiais militares. Parece que é pior, senhor presidente e deputado Valdir Rossoni, quando você fala que é deputado ou parente de deputado, é pior. Parecer que a ira vem contra todos nós.

Se é orientação por parte do Comando da Polícia Militar, a Casa tem que tirar a limpo, porque nós não podemos mais, sob a ameaça de perdemos o direito sagrado, de todos nós deputados, que é de expressarmos a nossa vontade livremente, porque nós vivemos num regime democrático. Não é Polícia Militar, não é juiz, não é ninguém que nos tirará o direito de expressar a nossa vontade de defender inclusive aqueles que precisam da nossa defesa.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK (**Pela Ordem**)

Naquela tribuna, veio o deputado Takayama relatando a invasão da Assembléia de Deus, quando prenderam um ancião, entraram em uma casa de oração, com metralhadora na mão, fazendo uma varredura.

Hoje o deputado Rossoni, traz nas suas palavras um fato que, além de ser agressivo a este Poder, faz com que nós não possamos mais confiar no atual comandante da Polícia Militar. Se ele telefonou para o coronel comandante e este coronel lhe garantiu, deputado Rossoni, que Vossa Excelência seria acompanhado e assim não se concretizou, automaticamente aqui está o líder do Governo, deputado Durval Amaral, o comandante não tem autoridade suficiente para os seus subordinados acatarem as suas ordens. Conseqüentemente, não pode permanecer mais no cargo, mas eu quero dizer que o deputado Rossoni já no passado, quando líder do Governo nesta Casa, também já sabe e nós sabemos, da agressão feita ao Líder, pelo ex-comandante da Polícia Militar. Parece, Rossoni, que você, na seqüência, realmente faz com que fatos desta natureza, sejam atraídos à vossa pessoa, para demonstrar para o Paraná o que todos nós somos testemunhas.

Em Ponta Grossa, senhor presidente, temos o comandante da Polícia Militar do 1º Batalhão, homem íntegro, honesto, sério, competente, respeitador dos direitos humanos. Em outro quadrante do Estado, desta mesma Corporação, vemos um comandante desta natureza, fazendo uma afronta não a um deputado, mas a esta Casa, e temos certeza que o presidente Hermas Brandão irá fazer não só uma posição, mas irá responsabilizar esse fato aqui relatado pelo deputado Rossoni.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Horário das Lideranças.

Concedo a palavra ao senhor deputado Divanir Braz Palma.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Senhor presidente, senhores deputados.

Ocupamos a tribuna para louvar a iniciativa do deputado federal Gustavo Fruet, que nesta semana encaminhou para o Congresso Nacional, uma proposta de revisão que altera o artigo 155 da Constituição de 1988, e estabelece que essa mudança faça com que volte à normalidade o sistema tributário aqui no Estado do Paraná.

Diz aqui: “desde 88 que toda a energia gerada pelo complexo paranaense, vendida para São Paulo e outros Estados está isenta de ICMS”. Já falamos por várias vezes, das perdas que temos amargado em todos os meses. Em torno de cem milhões - por mês deixamos de arrecadar, de ICMS, devido a esse artifício que foi criado pela Constituição de 88. Nós, paranaenses, ficamos com 5% das terras alagadas, somente. O deputado Gustavo Fruet, muito apropriadamente, pede que seja modificada a forma de tributação, que se deixe de tributar energia e petróleo no consumo e passe a tributar na base, ou seja, na geração. Isso representa em torno de 25% de toda a receita do ICMS no Estado do Paraná.

Eu estou entrando com um projeto de lei para alterar a forma de cobrar o ICMS do álcool. O ICMS gerado é cobrado pelas distribuidoras e nós sabemos de fontes fidedignas que há, no mínimo, em torno de 10 milhões por mês de sonegação, e é preciso que o ICMS volte a ser recolhido pelas empresas produtoras, pelas usinas produtoras que possam recolher os impostos, porque as empresas distribuidoras, na realidade, muitas são verdadeiras arapucas formadas por pequenos escritórios, com um telefone celular na cintura e esses empresários se dizem distribuidores de petróleo, de álcool e são eles, encarregados de fazer o recolhimento do ICMS.

Vamos alterar isso, porque é preciso que se olhe de uma forma mais responsável os equipamentos, os instrumentos, os mecanismos de arrecadação de ICMS no Paraná. Sabemos que o Estado hoje sofre com a Lei Kandir, o Paraná colhe este ano mais de 7 milhões de toneladas de soja. O que vemos aí? Só filas no Porto de Paranaguá. Está certo, no fundo rende divisas, mas em termos de tributos, zero! Não temos um centavo de impostos com essa grande safra paranaense! E estamos aí, sofrendo, amargamente, essa falta de arrecadação e sentindo na pele quando temos que dar aumento ao professor, melhorar nossas estradas, enfim, recompor os tributos paranaenses. Essas leis que vêm só estão dificultando e deixando o Paraná fragilizado.

Quero aqui também neste momento, acompanhando este raciocínio, fazer um apelo ao governo, para que reveja o que está acontecendo no Estado do Paraná com agências de rendas que estão sendo fechadas ou pelo menos anunciando que serão fechadas. Quero fazer um apelo ao nosso líder, que deve ter ouvido isso também, não podemos abrir mão de mecanismos que aumentem nossa arrecadação.

Nós, deputados da base do Governo, temos um pacto, um compromisso com o governo, que já se mani-

festou a favor, que é preciso enxugar a máquina, fazer economia. Agora, fecharmos Agências de Rendas no interior do Estado, é o mesmo que trabalharmos contra o patrimônio do Estado, porque aí não teremos condições de fazer as fiscalizações como devem ser feitas para evitarmos essa grande sonegação que existe no Estado do Paraná.

Com aparte o deputado Cezar Silvestri.

O Sr. Cezar Silvestri

Deputado Divanir, Vossa Excelência está repleto de razão. Até porque o governo tem procurado implantar algumas medidas de economia, para toda a sociedade paranaense, que na verdade não passam de palitos de fósforo que querem economizar.

No caso de Guarapuava, minha cidade, a Secretaria da Fazenda, fala em fechar a Delegacia, não Agência, a Delegacia da Receita Estadual. Uma das mais antigas do Estado, Guarapuava é uma cidade que tem 180 anos, uma cidade que tem sua história, suas tradições. Geograficamente fica exatamente no centro do Estado do Paraná e pasme, deputado Braz Palma, sabe qual a economia que o governo do Estado terá com o fechamento da Delegacia? Apenas o aluguel de 1200 reais, da água, luz e telefone, mais nada, porque o delegado é funcionário de carreira, o assessor do delegado é funcionário de carreira e continuarão fazendo parte da folha do governo do Estado.

Então, vai economizar apenas isso, trazendo um desastre político monstruoso para o governo, porque afinal de contas, está tirando de Guarapuava, fazendo com que o contribuinte de Guarapuava, para qualquer informação, tenha que se deslocar até o município de Ponta Grossa, andando 160 quilômetros. Então é completamente injustificável, mas o governo continua, já fazem praticamente 21 dias.

Tanto eu quanto o deputado Fernando Ribas Carli estamos nos empenhando para que o governo seja demovido dessa idéia absurda, mas infelizmente, alguns setores do governo fecharam os ouvidos. Fecharam os ouvidos não somente para os apelos populares, mas também, para os apelos dos deputados que representam as regiões.

Então acredito que Vossa Excelência está repleto de razão e nós, deputados, realmente, temos de nos posicionar contrariamente a esse tipo de ação por parte do governo do Estado. Não é economizando 1200 reais ou 2 mil reais que vai resolver os problemas das finanças do Estado.

Obrigado.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Obrigado, deputado Cezar Silvestri, por essa oportuna participação e faço aqui um apelo, nós dependemos de arrecadação. Nós precisamos aumentar a arrecadação do Estado do Paraná e para isso, nossos agências são fomento, inclusive para dirimir dúvidas, para receber o pequeno, o médio contribuinte, para fazer parcelamento,

para fazer acertos. Isso todos nós deputados uma hora ou outra somos chamados para atender um comerciante que vai lá. Na Receita Estadual tenho ido várias vezes fazer isso.

Então, vejam os senhores, se nós fecharmos essas agências de renda, inclusive tem agência de comarca como no caso de Mandaguaçu, nós vamos reclamar onde e para quem? Será que teremos que vir a Curitiba? Então eu peço: vamos repensar isso aí. Nós, deputados, queremos trabalhar. Trabalhamos ao lado do governo, mas precisamos combater a sonegação, mas não fechando as nossas Agências de Renda.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Horário das Lideranças: No horário da Liderança do PFL, concedo a palavra ao senhor deputado Luiz Carlos Martins.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS

Senhor presidente e senhores deputados, ainda a respeito desse episódio de Laranjeiras do Sul, acho que cabe para todos nós, aqui uma reflexão. Uma reflexão creio que até profunda. Nada justifica o que aconteceu em Laranjeiras do Sul. Nada justifica a agressão sofrida pelo deputado Valdir Rossoni, ultrapassaram todas as prerrogativas, na minha opinião. Houve um embolamento de funções, não concordo com o que aconteceu lá. Mas também, senhor presidente, eu creio que agora é a oportunidade de nós refletirmos sobre os meios de comunicação. Principalmente o rádio. Tenho muito orgulho de ser radialista, muito mesmo. Eu até nasci radialista e depois me tornei jornalista. Jornalista como é o Ricardo Chab e outros companheiros.

Mas será que não está muito fácil hoje o rádio do Paraná? Será que não está fácil a entrada de elementos sem condições? (Eu não conheço esse repórter, longe disso). Mas quem é aqui, qual é o deputado que já não foi vítima de um repórter de rádio? Qual é o deputado aqui que já não foi vítima de um comunicador de rádio que, de repente, resolveu pegar o deputado Nereu Moura como Cristo e descer o cacete no deputado Nereu Moura? Ou resolveu pegar o deputado Antonio Carlos Belinati, e escolheu o Belinati como saco de pancada, ou o deputado Colombo, ou o deputado Cezar Silvestri?

Deputado Cezar Silvestri, fui num feriado com a minha família para Jurema, passando por Guarapuava ouvindo o rádio, ouvi um comunicador de uma rádio, deputado Ricardo Chab, falar tanta besteira. Não sei de quem é a rádio. E não me pergunte o nome da rádio também. Eu falei: “Mas não é possível. Onde que está o bom senso? Onde está o equilíbrio?”

O microfone tem uma função social e nós não podemos fugir dessa função social. De repente porque o deputado Moysés Leônidas olhou para mim e eu não gostei do olhar dele, vou para o meu programa de rádio e vou fazer críticas sem fundamentos, críticas injustas.

Senhor presidente Hermas Brandão, hoje, em Curitiba tem rádio que qualquer um chega na rádio, compra o horário e vai para o microfone.

Será que não está na hora de se repensar tudo isso? Será que não está na hora de tomarmos medidas sérias a esse respeito?

É preciso mais responsabilidade no microfone, é preciso mais equilíbrio no microfone, exatamente porque o microfone, deputado Durval Amaral, tem uma ressonância muito grande e ele tem, acima de tudo, um aspecto muito importante. Na minha opinião, a primeira função do rádio é a responsabilidade social, é a função social. Será que nós estamos executando?

Será que estamos cumprindo com tudo isso? É muito triste ver o nosso rádio indo para onde está indo? É constrangedor presenciar o que estamos presenciando no rádio. Então, de repente, alguém pode dizer assim: “mas olha aí, o deputado Geraldo Cartário virou radialista”. O deputado Geraldo Cartário é radialista há muito tempo, há muitos anos, das emissoras coligadas, radialista de carteirinha, radialista de carteira assinada.

Concedo um aparte ao deputado Moysés Leônidas.

O Sr. Moysés Leônidas

Deputado Luiz Carlos Martins, eu quero concordar e dizer que lamentavelmente essas coisas têm acontecido no rádio, mas também acontece nos jornais.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS

Ah! Sim. Na televisão também.

O Sr. Moysés Leônidas

O cidadão, doutor Francisco da Cunha Pereira, a quem tenho um respeito profundo, recentemente entrou numa sociedade num jornal da minha cidade de Londrina. E outro dia até telefonei para ele. O prefeito que assumiu em Londrina, a minha família é de lá, tenho 09 irmãos, tenho gente em tudo quanto lado, e um sobrinho meu foi convidado pelo Nedson para ser secretário. E o jornalista escreveu que só por ser meu sobrinho não deveria ter sido convidado para ser secretário do prefeito Nedson. Então, eu disse ao doutor Francisco: o senhor escreveu isso aqui? Não não fui eu que escrevi, deputado, o senhor está enganado, deve ter sido algum jornalista”.

Mas o senhor não é o dono?

“Sou”.

Então o senhor tem responsabilidade, porque o jornalista está usando o seu espaço, o seu jornal para dar a opinião dele. E a opinião dele não serve para a comunidade, até porque a minha família é uma família que quer respeito, porque respeito é bom e todo mundo gosta.

Fiz esse papel junto ao homem forte que é o doutor Francisco e eu um humilde deputado e advogado da região, exatamente como Vossa Excelência está fazendo aí agora, porque tem alguns que escrevem, tem outros que falam, e usam do espaço que é de alguém para fazer da educação, principalmente, na questão política.

De repente, um jornalista acha também que Vossa Excelência pensa de uma forma como “A” e “B”, vai lá e escreve o pensamento dele, quando na verdade não interessa nada, e isso também não acrescenta nada. Um dia até falei aqui que o Marquês de Marajuária uma vez citou numa crítica dele e fez um discurso muito bonito dizendo que os antigos acreditavam que os animais falavam. Hoje tem alguns que escrevem.

Então, ficamos numa situação de vulnerabilidade total. Imaginem que eu tive a honra de ter alguém da minha família convidado pelo prefeito, que não fui eu que pedi, nem sabia, vi pelos jornais, e fui criticado porque a pessoa é ligada pelo sangue comigo. Então, essas coisas também tem que acabar. Acho que é uma responsabilidade muito grande, principalmente quem está na classe política sofre esses ataques.

E quero até, não pude fazer um aparte ao deputado Rossoni, me solidarizar com ele e dizer que também nós não podemos aqui não fazer críticas ao judiciário, essa história que sentença judicial a gente acata, a gente respeita, cumpre-se, é conversa. É por isso que existem os recursos. Não é porque o cidadão está lá de juiz, passou em um concurso, que ele também é considerado anjo, não; nós temos também, porque há falhas, assim como há no Legislativo, há também no Judiciário e há também no Executivo. Então, o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná tem que ter a humildade de ouvir, quem sabe até fazer um exame de sanidade mental na juíza, porque quando ela deixa a caneta da honorabilidade que ela atende como juíza, e vai cumprir um mandato de prisão, é porque ela está exacerbando, ainda mais porque lá tem o comando da Polícia Militar que deveria estar fazendo este papel. A juíza não está sabendo se ela vai ser policial investida de revólver, ou se ela vai ser cega na Justiça cumprindo a lei. Então, tem que ser questionado, sim, porque a nossa geração que Vossa Excelência faz parte, essa fase contemporânea nossa, nós fomos educados para não contestar o judiciário. É conversa, se você quiser exercer o verdadeiro estado de direito você vai ter que contestar a justiça também, porque a justiça, não está lá a perfeição, assim como nenhum de nós é perfeito.

Então, quero cumprimentar Vossa Excelência e dizer o seguinte, que o dia que tirar o direito de expressão e de liberdade de pensamento de um parlamentar pode parar e fechar o estado de direito nosso. A Constituição prevê, e não existe nada mais nobre do que você poder exercer, até com a imunidade parlamentar, o seu direito de pensamento em prol da sua comunidade.

Então, quero cumprimentar, e dizer que nós, principalmente Vossa Excelência, que é um apaixonado pelo rádio, nós deveríamos fazer alterar realmente a legislação. O cidadão para escrever no jornal hoje tem que ter o curso superior de jornalismo, está perfeito porque é na universidade, é na vida acadêmica que se formam os bons profissionais; agora, para ser radialista, é só saber ler, sabe escrever, sem nenhuma formação. Então, eu acho que o rádio pode-

ria inclusive se auto policiar para a gente poder ter um nível, na maior expressão da voz, que ainda é o microfone da rádio, porque o rádio tem a felicidade de exercer nas pessoas o fascínio.

Então, parabéns a Vossa Excelência.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS

Ainda em relação à Polícia Militar, senhor presidente, nesse episódio desse psicopata que atirou em quatro pessoas e fez mais três reféns, naquele momento a mãe do doente estava ouvindo a rádio, a Polícia demorou para ir buscar a mãe, uma viatura da nossa rádio foi buscá-la na Vila Nossa Senhora da Luz.

Senhor presidente, na João Betega vem o repórter com a mãe do psicopata chega a Polícia na Avenida João Betega, uma viatura desbaratada, a P2, e outro camburão, eles cruzaram na frente da viatura da Rádio Banda-B, eles estavam com trabucos, tiraram o repórter, arrancaram a mulher de dentro da viatura, a mulher tinha problema de saúde, imaginem, essa mulher tem problemas cardíacos, ela faz tratamento, e se essa mulher tivesse tido um ataque naquele momento, por que as duas viaturas da Polícia não seguiram a viatura da Rádio Banda-B até o local? Porque a polícia foi lerda, foi lenta demais, e o pessoal da Rádio foi rápido, eles trabalham, são profissionais.

Era isso, muito obrigado, senhor presidente e senhores deputados.

O SR. BERALDIN (Pela Ordem)

Senhor presidente, na semana que passou nós aprovamos aqui uma Comissão Parlamentar, CI, assunto Sanepar, gostaria de perguntar a Vossa Excelência se os partidos menores já teriam indicado membro, visto que me parece que só faltava o sorteio, e quando que seria instalada?

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Já foi feito o sorteio, o Partido que o indicou foi o PSL, presidido pelo deputado Geraldo Cartário.

Queremos registrar aqui a presença do prefeito de Cascavel e o nosso ex-companheiro, ex-colega, Edgar Bueno.

O SR. NEREU MOURA

Pela Ordem, senhor presidente?

(Assentimento)

Da mesma forma, presidente, queremos, em nome do PMDB, registrar a presença do prefeito de Cascavel, Edgar Bueno, que foi o nosso líder e o primeiro líder das Oposições, aqui nesta Casa. E com muita alegria o vemos hoje à frente do 5º maior município do Paraná, a cidade de Cascavel. Em nome do PMDB queremos desejar muito sucesso e que seja coroado de pleno êxito o governo de Vossa Excelência, naquela querida cidade do Oeste do Paraná.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Pela Ordem, senhor presidente?

(Assentimento)

Vossa Excelência já antecipou e ainda o deputado Nereu Moura complementou o nosso pensamento e acredito o pensamento desta Casa, não só por ter ocupado a Liderança da Oposição, mas por ter grajeado a amizade dos deputados da Situação; é o ilustre prefeito Edgar Bueno um símbolo da boa política e do bom desempenho, como parlamentar desta Casa.

Em nome do deputado Eli Ghelleri, em nosso nome, em nome do nosso partido, do qual pertence o ilustre prefeito e em nome de todos, como diz o ilustre deputado Cezar Silvestri, atrás e ao lado, em nome desta Casa, queremos dar as boas-vindas e que permaneça sempre conosco, não só hoje mas em toda a possibilidade da sua vinda a Curitiba.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Quebrando uma Questão de Ordem, o prefeito Edgar Bueno convida a todos os parlamentares, para um jantar, hoje, no qual passará o endereço a todos os senhores.

Ainda no Horário das Lideranças.

PT. Com a palavra o deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente, senhores deputados, senhora deputada. O governo do Paraná, senão bastasse os 13 grandes escândalos produzidos ao longo da sua administração, fez uma política agressiva no sentido de isenção de ICMS, que beneficiou sobremaneira os capitalistas internacionais e algumas empresas estatais de outros Estados que vieram para cá, porque aqui é o seguinte: estatais nossas, nada valem, a dos outros tem importância.

Nesse bojo de proteger os interesses privados, por dentro do Estado - aliás, nós do PT não queremos nem mais falar em privatização. Queremos falar em desprivatização do Estado. Tirar todos os penduricalhos privados que estão no Estado. É isso o que está acontecendo. As empresas estatais, eles não querem torná-las públicas. Nesse sentido está ainda a Copel.

O que acontece é que nessa política agressiva do governo do Estado, privilegiou-se o capital que é internacional, que não tem compromisso com a terra paranaense. O nosso setor produtivo: frangos, suínos, transformação das carnes, dos cereais, esses, sim, têm a degola governamental.

Percebemos nos últimos dias, que os fiscais do governo do Estado estão entrando em tudo o que é botequim do Estado do Paraná, sendo absolutamente rigorosos na cobrança de ICMS. E não o fazem com as grandes empresas que vieram para cá. Por quê? O que está por trás disso? Vejamos: se não bastasse a rigorosa fiscalização, o governo, agora baixou um Decreto, nº 3.774, desconhecendo o convênio assinado com várias empresas do

Paraná, entre elas o convênio 128/94, desconhecendo a lei que nós já temos no Paraná, a Lei nº 9895/92, assinada pelo então governador Roberto Requião, sancionada por ele, que permitia que fizéssemos no Paraná, primeiro uma política de desconcentração da capital, levássemos para o interior as indústrias, também fazer com que o setor produtivo primário, alavancador da produção e agregador de valores, também se desenvolvesse, no interior do Paraná.

O governo vem e baixa as alíquotas de diferimento do ICMS, de prorrogação de ICMS, alegando que tem uma decisão do Supremo Tribunal Federal, que eu quero aqui contestar. Eu acho que se o governo fosse um governo que planejasse a sua economia, não deixava os frigoríficos, as cooperativas e tudo mais na situação difícil que se encontram, porque os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, grandes centros consumidores mantêm as suas alíquotas intactas! Inclusive lá produtos que têm zero de alíquota de ICMS e nós que vendemos para estes centros consumidores vamos ter que vender com 17% de alíquota! Para os estrangeiros, tratamento com luva de pelica; para os paranaenses, adaga! Então não dá para entender um governo que não planeja!

Nesse sentido, eu o deputado Pessuti, rapidamente, pensamos aqui, estamos preparando para esta semana um projeto de lei que trata do diferimento do ICMS para o setor primário paranaense. Com vistas claras a atender o pedido da Ocepar do Paraná, as empresas cooperativa e tudo o mais. Há poucos dias o deputado Eli Ghelleri, se não estou enganado, fez um requerimento neste sentido; quero parabenizá-lo pela iniciativa. Também estarei apresentando hoje um requerimento, gostaria de ter a compreensão do líder do Governo, eu posso retirar o requerimento se o governo me fornecer imediatamente as informações para instrumentalizar o nosso projeto de lei.

Neste sentido acho que estou ajudando o governo porque ele vai se sair bem nessa, mas não é só no governo que estamos pensando; estamos pensando nas empresas paranaenses, no setor produtivo paranaense, historicamente bem calçado.

Concedo o aparte ao deputado Sérgio Spada.

O Sr. Sérgio Spada

Deputado Irineu Colombo, a vigorar, como de fato o governo pretende fazer vigorar o Decreto 3774 é a decretação do fim da política de incentivo do governo do Estado à agroindústria do Estado do Paraná, porque este decreto prevê o fim do crédito presumido para as operações interestaduais, prevê o fim do programa Bom Emprego, que dava dilação de prazo para 48 meses, quer dizer, acaba com o capital de giro dessas empresas para gerar novos empregos, e é o fim do redutor para os produtores da cesta básica.

Numa linguagem mais prática, segundo contatos que eu tive com pessoas ligadas à agroindústria, no Estado do Paraná, é a falência do setor, no Estado do Paraná. As empresas paranaenses, principalmente frigorífico, laticínios, não terão como competir com as empre-

sas gaúchas, mineiras, paulistas, principalmente porque hoje os pontos de compra das grandes redes de supermercados estão fora do Paraná, o Carrefour, em Porto Alegre e as outras empresas em São Paulo e em outros Estados da Federação. Não há como competir, é o fim, é a decretação da falência, por parte do governo de todo esse setor produtivo que hoje já gera muito emprego e está dando sustentação para o Estado do Paraná.

Parabenizo Vossa Excelência só queríamos nos solidarizar com seu pronunciamento.

O SR. IRINEU COLOMBO

Muito obrigado, deputado Sérgio Spada, só queria dizer o seguinte, senhor presidente, encerrando: está aí o tipo de política que o governo faz, pensa primeiro no marketing para depois propor soluções. Traz as empresas automotivas, gerando a briga com São Paulo e agora tem esse pepino na mão. Não fez planejamento, não foi no Confaz acertar as alíquotas dos nossos produtores primários e fez através de um decreto, enfrentando o Confaz e aí está a trapalhada administrativa. Aí está o grande governo do milagre, atende um setor produtivo, até em conluio, quem sabe e joga morro abaixo, joga na lata de lixo, as nossas queridas empresas paranaenses de laticínio, frigorífico e tudo mais que vai causar dez vezes mais desemprego do que o emprego, poucos empregos trouxeram aqui para a região metropolitana com as empresas automotivas, e ainda sim, mais da metade por franceses, espanhóis, italianos, o pessoal ali dos países baixos que estão aqui, menos para os paranaenses são menos de 20% empregados nas indústrias automotivas, por incrível que pareça.

Obrigado, senhor presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Dando continuidade ao horário das lideranças: PPB.

(**Declina**)

PMDB. Com a palavra o deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados. Nós, na semana que findou, da Oposição, resolvemos abordar aqui nesta Casa, a tentativa do governo de sepultar a esperança do povo do Paraná, votando apressadamente a lei que revoga a venda da Copel. Num açodamento grande, incrível, o governo, através das suas lideranças aqui nesta Casa, queria impor a sua vontade não permitindo que se fizesse, como está sendo feito, uma grande discussão no Paraná, com o povo, em relação a essa decisão maluca do governo estadual, de privatizar a Copel, o controle acionário da Copel.

Nós, senhor presidente, usando no que dispõe o Regimento Interno, pedimos o arquivamento do nosso projeto de lei para permitir uma discussão profunda com a comunidade do Paraná, porque se o povo do Paraná é proprietário da Copel, ninguém melhor, com mais autori-

dade para discutir esse assunto, do que toda a população. Por isso que achamos de uma inconveniência absoluta a tentativa de impedir que a população discuta, e saiba quem é quem na ordem neste jogo, senhor presidente. E foi com esse objetivo que a Oposição, liderada pelo nosso companheiro deputado Waldyr Pugliesi, encaminhou requerimento solicitando o arquivamento do projeto de lei que visa revogar a lei que autorizou a venda da Copel. O nosso objetivo é discutir com o povo do Paraná, é mostrar à população do nosso Estado, o que significa a venda dessa estatal, o que representa para o conjunto da nossa sociedade a perda do controle acionário da Copel.

Senhor presidente, é por isso que nós, obedecendo aquilo que está previsto, que está escrito no Regimento e que foi elaborado há tantos anos atrás, sem criar nenhum artifício, sem criar nenhum manobristo, nós nos espelhamos na lei e com a lei, senhor presidente, nós estamos procurando fazer com que a idéia de que a Copel permaneça nas mãos do governo, tenha ampla repercussão no Paraná. Nós não iremos alterar Regimento Interno, senhor presidente, nós não vamos alterar a legislação, porque isto é casuísmo, isto é repugnável, na época da ditadura militar que fazia as leis para atender os seus interesses. Nós, da Oposição, buscamos a saída regimental, escrito no nosso Regimento, legitimamente para amparar a nossa posição, de fazer com que o povo do Paraná, discuta, sobejamente, esta questão.

Então, nós estamos aqui, colocando à Assembléia Legislativa, os motivos que fizeram com que nós pedíssemos o arquivamento da proposta, que visa vedar a venda da Copel. Uma proposta, senhor presidente, que não vai cair no esquecimento, uma proposta que nós estamos com muito afinho, com muita dedicação, buscando fazer com que o povo do Paraná conheça em detalhes dessa proposta do governo Jaime Lerner, de vender também a Copel, uma vez que já vendeu quase tudo que esse Paraná possuía.

É de um apetite voraz, é de uma ganância atroz, senhor presidente. Um governo que só pensa em vender, destruir, acabar com aquilo que o povo levou décadas para construir. Por isso, nós da Oposição, não iríamos ficar aqui calados, omissos, observando a ação da Bancada do Governo, no sentido de fazer com que essa discussão fosse de pronto acabada, terminada. Nós usamos o Regimento Interno, não inventamos moda, subterfúgio; buscamos a legitimidade daquilo que foi escrito há dezenas de anos atrás, senhor presidente. Nós combatemos as iniciativas golpistas, as idéias que se tem de subverter à ordem legal, constitucional. Nós fomos buscar o remédio naquilo que está preconizado no Regimento Interno desta Casa, que irá permitir que haja uma discussão com o povo do Paraná, com relação à venda da Copel, permitindo que o nosso povo se manifeste, como já está se manifestando dizendo: “nós não queremos que venda a Copel, porque a Copel é do povo do Paraná, e não deverá ser vendida.”

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo senhor deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente, informando que o projeto de lei do deputado Eli Ghellere que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao senhor Arlindo Mosé Cavalca, está em acordo com a nova norma, e o mesmo encontra-se dentro da cota do PDT. **À Diretoria Legislativa para anotar os devidos fins.**

Projeto de Resolução de autoria dos senhores deputados Tony Garcia, Cezar Silvestri, Marcos Isfer e Augustinho Zucchi, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei, em nº de 2 (dois) de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Alborghetti, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Ademir Bier, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Cesar Seleme, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Nelson Tureck, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Eli Ghellere, devidamente apoiado, constantes do expediente. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 267/99, de autoria do deputado Ademir Bier, que fica autorizado o Poder Executivo, através da Companhia de Saneamento do Paraná, conceder redução da taxa de coleta e tratamento de esgotos de 80% (oitenta por cento), para 30% (trinta por cento) sobre o montante do valor da fatura de água para famílias cuja renda atinja até dois salários mínimos. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE LEI Nº 267/99

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo obrigado, através da Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar, a conceder redução de taxa de coleta de transporte de esgoto de 80% (oitenta por cento) para 30% (trinta por cento) sobre o montante do valor da fatura de água.

Art. 2º - O Poder Executivo adotará medidas para efetivação da redução no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da publicação da presente lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29.03.2001.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 078/2000, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, que dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino das disciplinas inglês e ou espanhol nos períodos de sexta a oitava séries das Escolas Públicas do Estado do Paraná. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE LEI Nº 078/2000

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a incluir o ensino das disciplinas inglês e/ou espanhol nos períodos de 6ª a 8ª séries, das Escolas Públicas do Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28.03.2001.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 287/2000, de autoria do deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública o Centro de Excelência de Xadrez, com sede e foro nesta capital. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 115, de 30.08.2000).**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 347/2000, de autoria do deputado Chico Noroeste, que autoriza o Poder Executivo a criar e implantar o Curso de Direito no

Campus de Foz do Iguaçu da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 347/2000
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a criar e implantar o Curso de Direito no Campus de Marechal Cândido Rondon e Foz do Iguaçu, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste.

Parágrafo Único - Fica autorizado o Poder Executivo a proceder alteração orçamentária necessária ao cumprimento da presente lei.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29.03.2001.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 014/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação Arns Curandi, com sede e foro nesta Capital. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 002, de 19.02.2001).**

ITEM 06

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 040/2001, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a APMI - Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Luiziana, com sede e foro no município de Luiziana-PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a Emenda.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 130/2000, de autoria do deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Bairro São Judas Tadeu, com sede e foro no município de São José dos Pinhais. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 213/2000, de autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito - Roubo de Cargas, que autoriza o Poder Executivo determinar a integração da fiscalização tributária com a Delegacia de Estelionato e Roubo de Cargas no Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F. E C.S.P. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 378/2000, de autoria do deputado Algaci Tulio, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Pólo Turístico Religioso - Santuário de Nossa Senhora da Aparecida no município de Itaipulândia. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.T.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 438/2000, de autoria do deputado Beto Richa, que altera a Lei nº 12.965 de 25 de outubro de 2.000, que declara de Utilidade Pública a Associação Nova Esperança de Curitiba, com sede e foro no município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sobre a mesa, requerimento nº 828, de autoria dos senhores deputados Cezar Silvestri e Marcos Isfer, com apoio dos senhores deputados Caíto Quintana, Algaci Tulio, Ângelo Vanhoni, Ademir Bier, Orlando Pessuti e Tony Garcia, constante do expediente. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Solicito a leitura pelo 1º secretário.

O SR 1º SECRETÁRIO (Nelson Tureck)

Lê requerimento: Súmula: Requer o arquivamento do Projeto de Lei nº 91/2001, conforme especifica: os deputados que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM o arquivamento do Projeto de Lei nº 91/2001, e proíbe a venda, transferência, alienação de todos os setores, serviços, obras, equipamentos, ou concessões de geração e transmissão de energia elétrica pelo Estado do Paraná ou pelos órgãos de administração indireta.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Regimento Interno desta Casa. Sala das Sessões, em 05.04.2001.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Essa presidência deixa de colocar o requerimento em votação, porque tomou a seguinte decisão:

Da mesma forma que tem decidido anteriormente, em outros projetos com pedido de arquivamento, com base no inciso 8º do artigo 130 do Regimento Interno, determina o arquivamento do Projeto. **À Diretoria Legislativa para os devidos fins.**

Requerimento nº 825, de autoria do senhor deputado Tony Garcia, com apoio dos senhores deputados Caíto Quintana, Orlando Pessuti, Ademir Bier, Marcos Isfer, Algaci Tulio, Cezar Silvestri e Waldyr Pugliesi, constante do expediente. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Requerimento nº 829, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, com apoio dos senhores deputados Tony Garcia, Caíto Quintana, Algaci Tulio, Marcos Isfer, Ângelo Vahoni e demais senhores deputa-

dos, constante do expediente. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Requerimento nº 846, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 850, de autoria do senhor deputado Irineu Colombo, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Verificação de votação, senhor presidente.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Chamada Nominal, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito ao 1º secretário, deputado Nelson Tureck a chamada dos senhores deputados.

(É feita a Chamada Nominal dos senhores deputados).

Os senhores deputados que aprovam o requerimento do senhor deputado Irineu Colombo, queiram levantar-se.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente, solicito trinta segundos para um pequeno encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está concedido um minuto.

O SR. IRINEU COLOMBO

Obrigado.

Senhor presidente, o requerimento que estou encaminhando e parece que há uma predisposição da Bancada governista em derrotar, é um requerimento solicitando informações ao governo com relação ao Decreto 3774 que traz seríssimos prejuízos ao setor de transformação industrial dos produtos primários do Paraná. Queremos informações para embasar uma proposta de um projeto de lei que eu e o deputado Pessuti estamos estudando para fazer.

Há necessidade de informação para basear nosso trabalho parlamentar. Acho que é uma posição enganosa, prejudicial ao Paraná a postura adotada pela Bancada governista.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, se o deputado concordar em retirar o pedido de informação, me comprometo em tra-

zer todas as questões levantadas pelo deputado Irineu Colombo no decorrer desta semana.

O SR. IRINEU COLOMBO

Perfeitamente, inclusive no meu pronunciamento tinha feito essa proposta.

O SR. CEZAR SILVESTRI (**Pela Ordem**)

Solicito ao deputado Durval Amaral, porque hoje, junto com os deputados Augustinho Zucchi, Tony Garcia e Marcos Isfer, apresentamos um projeto de resolução nesse sentido e se Vossa Excelência pudesse fornecer essas informações, para nós seria muito útil.

O SR. DURVAL AMARAL

Serão fornecidas as informações.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente, solicito a retirada do meu requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está retirado.

Requerimento nº 855, de autoria do senhor deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Rejeitado.**

O SR. DURVAL AMARAL

Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

A Mesa defere e fará a verificação de votação.

Os senhores deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se.

Dezoito aprovam.

Os senhores deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se.

Vinte e quatro rejeitam.

Está rejeitado o requerimento do deputado Antônio Anibelli.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (**Pela Ordem**)

Gostaria de agradecer os deputados do governo que votaram contra o pedido de urgência de um projeto que isenta entidades da publicação no Diário. Eu paguei cento e quinze reais para publicar o Estatuto de uma entidade para receber verbas para poder dar de comer a crianças famintas e o governo, tão bonzinho... é uma barbaridade, senhor líder. Acho que Vossa Excelência está mal assessorado e não podia cometer um crime dessa responsabilidade contra entidades carentes que não têm dinheiro. Ou Vossa Excelência se compromete! Esse governo “chupa cabra” que cobra tudo de todo mundo, que respeite ao menos, os projetos sérios como é o meu. Sinto deputado Durval Amaral. Por Vossa Excelência tenho respeito mas não estou sendo respeitado. A partir desse instante, vou começar a cobrar as coisas sérias

nesta Casa, porque Vossa Excelência não está sendo responsável nos seus atos.

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

Nós não estamos, em hipótese alguma, sendo contrários ao projeto do deputado Anibelli, somente não concordamos como Regime de Urgência, porque esta é uma matéria que pode ser plenamente discutida a Casa e oportunamente virá a Plenário para que seja cotada e aí sim.

O SR. ANTONIO ANIBELLI

Como foi o da Copel.

Requerimento nº 857, de autoria do senhor deputado Nereu Moura, com apoio dos senhores deputados Irineu Colombo, Luciana Rafagnin, Hermes Fonseca, Ademir Bier, Waldyr Pugliesi e Edson Strapasson, constante do expediente. **Não acatado pelo presidente.**

Quero responder a Vossa Excelência, deputado, que nós concluímos já e já inclusive foi relatada aqui em Plenário, uma das CPI's. E estamos determinando para logo após a Semana Santa, a instalação da primeira CPI na ordem cronológica - Irregularidade na Empresa de Telefonia Fixa e Móvel do Estado. A segunda: sobre a situação da estrada de ferro operada pela América Latina Concessionária. A terceira: poluição do Rio Iguaçu. A quarta: o desvio de recursos públicos pelo MST. A quinta: O Fórum de Curitiba. E após o encerramento dessas, a sexta pela ordem cronológica, é instalação e funcionamento dos Pedágios no Paraná. E a sétima: Jogos Mundiais da Natureza. Então deixamos de acatar o requerimento de Vossa Excelência.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Senhor presidente, essas CPI's que foram instaladas ano passado, elas tiveram o prazo dilatado por duas vezes aqui na Casa. lembro que o deputado Nelson Justus que presidia a Casa, deu um prazo derradeiro para o dia 15 de março para que fossem concluídas e que fossem aqui entregue os relatórios. Por isso, já estamos há um mês do prazo final, e esse prazo já era além daquele que prevê o Regimento Interno da Casa. Fizemos uma Questão de Ordem por escrito à Mesa, para que a Mesa acatasse o pedido de instalação da CPI dos Jogos Mundiais da Natureza e o Pedágio. Fizemos por escrito, o presidente Nelson Justus ficou de responder por escrito. Mas ainda não recebemos a resposta, por escrito, da Questão de Ordem que formulamos à Mesa, pedindo que fossem acatados nossos requerimentos uma vez que demos entrada na Casa antes das demais citadas e apresentadas por deputado que apóiam o governo na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Informo a Vossa Excelência que na primeira Questão de Ordem levantada por Vossa Excelência, o senhor tem razão. Demos realmente prazo até 15 de março. Dia 15 de março duas comissões nos encaminharam relatório parcial e faço aqui um apelo aos presidentes e relatores

dessas Comissões, que encaminhem urgentemente o relatório final, no máximo, no máximo até terça-feira da semana que vem. Se não vamos dar a comissão por encerrada, sem a leitura inclusive, do relatório final.

O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem)

Quero deixar bem claro, presidente, que como presidente da CPI do Narcotráfico e do Crime Organizado, que não está havendo nenhuma má vontade tanto minha quanto do deputado Ricardo Chab que é o relator e do sub-relator que é o deputado Fernando Ribas Carli, porque é uma CPI por demais complicada. É uma Comissão que precisa ter muito cuidado. Quer dizer: trabalhou-se 6, 7, 8 meses para em 10, 15 dias concluir o relatório que, de repente, pode, jogar tudo para fora. Temos que ter uma cautela. Peço a Vossa Excelência e a este Plenário, pelo menos mais 10 dias para que a gente possa fazer a leitura desse relatório.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Vamos atender o pedido de Vossa Excelência, hoje é dia 09, até dia 19 aguardaremos. Na segunda Questão de Ordem levantada pelo líder Nereu Moura, temos aqui na ordem que foi protocolada a entrada dos requerimentos: irregularidades na empresa de telefonia fixa e móvel do Estado - dia 6 de dezembro, Protocolo 2388; segundo, situação das estradas de ferro operadas pela América Latina Concessionária - dia 6 de dezembro de 2000, Protocolo 2389; terceira, poluição do Rio Iguaçu, dia 6 de dezembro de 2000, Protocolo 2390; quarta, desvio de recursos públicos pelo MST, dia 6 de dezembro de 2000, Protocolo 2391, 5º, Fórum de Curitiba 06.12.2000 protocolo 2392, 6º, instalação e funcionamento dos Pedágios do Paraná dia 06.12.2000 protocolo 2408; 7ª, Jogos Mundiais da Natureza 06.12.2000 protocolo 2409.

Entramos nós estamos realmente na ordem cronológica, que foram protocolados os pedidos aqui na Casa. E vamos com certeza já instalarmos a próxima. A primeira é: Irregularidade da empresas de Telefonia Fixa e Móvel, na próxima semana.

O SR. BERALDIN (Pela Ordem)

Faço parte da CPI dos Combustíveis e tenho em meu gabinete cópia de todas as notas traquigráficas, de todas as reuniões. Se o relator ou o presidente tiver dificuldade de apresentar o relatório, posso designar 2 funcionários do meu gabinete e rápido, esse relatório ficaria pronto. Até porque gostaria de ver esse relatório ser discutido na Comissão, que faz muito tempo que não se reúne. E depois vir aqui para o Plenário.

O SR. DURVAL AMARAL

Pela Ordem, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Pela Ordem, deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

Acredito que o relatório da CPI dos Combustíveis, ele está pronto já há vários dias. Entretanto, reputo, que o deputado Beraldin não teria condições nenhum de preparar o relatório, nem ele e nem os seus correligionários, porque ele participou de pouquíssima reuniões da CPI dos Combustíveis. Aliás, ele participou apenas de 2 reuniões, que ele tinha muito interesse, porque era setor que ele estava ligado.

O SR. BERARDIN (Pela Ordem)

Requeiro, então, a lista de presença de todas as reuniões da CPI dos Combustíveis. E comunico ao deputado Durval Amaral que tomei a providência de requerer todas as notas taquigráficas, exatamente para chegar no momento e podermos discutir de uma forma balizada.

Vossa Excelência não pode ficar ofendido por uma coisa regimental. Vossa Excelência sabe que desde que o presidente Nelson Justus estava aqui, ele determinou. E isso já faz mais de 5 meses.

Então não quero ofender Vossa Excelência. Não é esse o objetivo. Eu quero apenas que as coisas aconteçam dentro daquilo que prega o Regimento.

O SR. TONY GARCIA

Pela Ordem, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Pela Ordem, deputado Tony Garcia.

O SR. TONY GARCIA (Pela Ordem)

Eu queria deixar claro ao nobre deputado Beraldin, que o relatório está pronto foi entregue à Mesa a 1ª parte, onde hoje há os anexos que nós estamos fazendo. São 155 atuações, são várias coisas que estão sendo providenciadas, hoje, tecnicamente nos anexos para nós entregarmos ao Ministério Público. Só não foi feito isso até agora, porque diante dessa discussão da Copel, o presidente da CPI, deputado Durval Amaral, ia convocar os membros da CPI dos Combustíveis para uma reunião. E nessa reunião seria aprovado o relatório final. Então só tem agora uma questão de tempo. O deputado Durval falou hoje a mim que convocaria essa reunião para amanhã, ou depois, onde nós poderíamos analisar os anexos.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Esta presidência tomou a decisão dando prazo fatal até dia 19. Até contrariando o Regimento Interno desta Casa. Eu peço a compreensão dos senhores deputados, porque nós já concedemos. Após o prazo do dia 19 não receberemos mais o relatório final.

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Pela Ordem, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Pela Ordem deputado Geraldo Cartário.

O SR. GERALDO CARTÁRIO (Pela Ordem)

Senhor presidente, nós estamos num impasse. De forma que não gostaríamos que o Poder Legislativo, a Assembléia Legislativa e os nossos companheiros integrantes da CPI dos Supermercados, ficassem desmoralizados perante o grupo Sonae e perante o grupo Carrefour. Porque desde o início quando começamos a trabalhar, eles constantemente vinham para Curitiba, uns vindo de Porto Alegre, outros de São Paulo. E falava-se nos corredores de que a CPI jamais teria condições, ou competência de trazer um dos diretores da Sonae para falar sobre as barbaridades que eles vêm cometendo no Paraná.

Nós pedimos por escrito, sempre com respaldo dos integrantes da CPI, pedimos e encaminhamos ao Grupo Sonae, que encaminhasse por escrito algumas questões levantadas. Senhor presidente, eles nunca encaminharam absolutamente nada. Aí que nós procuramos ter respaldo dos Países que eles têm supermercados para saber até onde eles agem na sua atuação. Recebemos há poucos dias atrás manifestações, inclusive com decretos de leis, projetos, de alguns governos, da Itália, de Portugal, do Uruguai, falando a respeito. Por isso que nós precisamos agora de uma assessoria bastante diferenciada da que nós costumamos ter, visto que se trata de algo realmente muito importante para a vida da comunidade de Curitiba e de outros municípios do Estado. Esse Grupo Sonae, senhor presidente, eu não sei qual o poder que eles têm, eu acho que não têm nenhum, a não ser de explorar como vem explorando a população do Paraná, inclusive querendo mudar até a cultura dos hábitos do povo de Curitiba que procuram nas gôndolas encontrar produtos que quando era Mercadorama encontravam, hoje não encontram mais.

No entanto, não sei qual poder que eles têm senhor presidente que eles afirmam constantemente de que não haverá por parte da CPI qualquer autoridade para os obrigar a trazer os documentos solicitados, e muito menos a presença deles. Eu gostaria que Vossa Excelência fizesse uma reflexão, ou então permitisse que a Assembléia entrasse com uma ação na Justiça própria a esse respeito para que eles venham aqui na Assembléia, ou então perante o Ministério Público, responder as perguntas que precisam ser feitas; caso contrário, com todo respeito a Vossa Excelência, mas da nossa parte não há a mínima condição de relatar o que Vossa Excelência quer que a gente relate, que é o acontecido, mas nós não podemos relatar com o inteiro teor, simplesmente uma parte dos trabalhos que foram feitos senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Solicito a Vossa Excelência, porque as CPIs que estavam instaladas não têm mais o poder de inquirir mais ninguém. Isso foi uma decisão do ex-presidente, Nelson Justus, que encerra no dia 15. Então, eu solicito a Vossa Excelência que encaminhe os documentos que tem, e a posição da comissão, se quiser tomar uma posição, senão

nós vamos requerer as notas taquigráficas e vamos encaminhar ao Ministério Público a documentação.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, nós concordamos com a decisão de Vossa Excelência, porque Vossa Excelência está amparado no artigo 36, parágrafo 3º do Regimento Interno desta Casa, que diz que o prazo de duração de uma CPI é de quatro meses, prorrogável por mais três meses; de forma que o regimento interno prevê o prazo de duração de uma CPI. Nós não estamos levantando aqui nenhuma dúvida em relação a este ou aquele deputado que compõe esta ou aquela CPI, apenas nós estamos querendo que o Regimento Interno da Assembléia seja respeitado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Esta presidência já tomou a decisão e não vai mudar a sua decisão.

Requerimento nº 859, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 860, de autoria do senhor deputado Ricardo Chab, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não tem discussão porque é Regime de Urgência.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, nós fizemos um acordo aqui com o líder do Governo em relação a essa matéria, de que haveria uma discussão e na sequência, após esse discussão, nós...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Eu informo Vossa Excelência, deputado Nereu Moura, que esse não é o projeto da Polícia Civil.

O SR. RICARDO CHAB (**Pela Ordem**)

Quero informar ao deputado Nereu Moura, para que o senhor não incorra em um grave erro na Sessão, que esse projeto se refere à questão dos oficiais da Polícia Militar, da reserva e que ocupam um cargo, hoje, de destaque.

É uma questão de desigualdade que existe na Polícia Militar e esse projeto regulamentará essa desigualdade, acabando com ela. Hoje, o oficial de pijama, como

se costuma chamar na caserna, ocupa postos chave, tirando aquele policial da ativa de ocupar aquele cargo, até evitando promoção de oficiais.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente?

(**Assentimento**)

Concordamos com o regime de urgência da matéria e não estamos cometendo um equívoco. Apenas não compreendemos na hora em que foi lido o pedido de regime de urgência.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação, o requerimento.

Os senhores deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

Requerimentos nºs 812, 813, 814, 815, 816, 817, 818 e 819 de autoria do senhor deputado Nelson Tureck, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 820, de autoria do senhor deputado Marcos Isfer, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 821, de autoria do senhor deputado Custódio da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 822 e 823, de autoria do senhor deputado Divanir Braz Palma, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 824, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 826, de autoria do senhor deputado Antonio Baratter, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 831, de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 832, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 833, 834, 835, 836, 837 e 838 de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 839 e 840, de autoria do senhor deputado Geraldo Cartário, constantes do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 843, de autoria dos senhores deputados Waldyr Pugliesi e Durval Amaral, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 849, de autoria do senhor deputado Ricardo Chab, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 847, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 851, 852, 853 e 854, de autoria do senhor deputado Sergio Spada, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 856, de autoria do senhor deputado Duílio Genari, com apoio dos senhores deputados Elio Rusch e Antonio Baratter, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 862, de autoria do senhor deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 861, de autoria do senhor deputado Irineu Colombo, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. IRINEU COLOMBO (Para Encaminhar)

Senhor presidente?

(Assentimento)

Senhor presidente, optei pela forma do requerimento e vou fazer o encaminhamento, porque ontem à noite, a casa do vereador Ciro, que tem feito denúncias, com relação a administração pública, ao nepotismo.

Mas a gente não sabe se é exatamente por conta disso -pode ser que é um aproveitamento da situação - a casa dele foi alvejada no quarto, que está voltado para uma esquina, para a rua, por quatro tiros, dois pegando na parede próximos à janela e dois pegaram em uma calha de metal. Estamos pedindo ao secretário de Segurança que faça um esforço, no sentido de manter a atenção das Polícias Civil e Militar, para com esse vereador, para que nada mais grave venha a acontecer.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para Encaminhar)

Senhor presidente?

(Assentimento)

Senhor presidente, somos plenamente favoráveis ao requerimento do deputado Irineu Colombo. E até irmos hoje ocupar a tribuna, para falar a cerca desse e de outros problemas, que estão acontecendo na cidade de Ivaiporã, outro que já aconteceu na cidade de Jardim Alegre e um outro que há três, quatro anos atrás, no dia 17 de abril, completando quatro anos, que aconteceu na cidade de Arapuã. O de Arapuã foi o assassinato do prefeito Hélio Matias, que até hoje não está devidamente esclarecido, pela polícia, mas já denunciado o vice-prefeito, que assumiu o lugar de prefeito e até hoje nenhuma providência se tomou. O do dia 05 ou 06 de janeiro, na cidade de Jardim Alegre, quando o vereador Antonio Dutra, conhecido como "Cabeção", foi alvejado com quatro tiros e felizmente conseguiu sobreviver e está fazendo o seu trabalho, junto a Câmara de Vereadores.

No dia 09 de março, o radialista Valdir de Oliveira, que trabalha na Emissora Raiobá, na qual temos uma participação minoritária foi violentamente agredido, por volta das 05:30 pela manhã, quando saía para fazer o seu programa da madrugada e, posteriormente o seu programa "A Voz do Vale", das sete horas da manhã.

Na madrugada de hoje, por volta das 01:30 da manhã, a casa do vereador Ciro foi alvejada, como bem relatou o deputado Irineu Colombo.

Nós vamos fazer um pronunciamento disso, mas estamos aguardando a chegada dos boletins de ocorrências, desses quatro episódios, para que possamos melhor instrumentalizar o nosso pronunciamento.

Mas digo a esta Casa, que em todos os episódios, inclusive o de hoje, já conversamos com o delegado do interior, o delegado Clóvis Galvão, e as autoridades policiais da região, o delegado Gabriel de Ivaiporã, o comandante Francisco da Polícia Militar, todos eles foram por nós acionados, para que tomem as providências. Porque infelizmente, a segurança pública não é só lá em Ivaiporã, nos outros lugares também, está complicado. Mas lá, em Ivaiporã, Jardim Alegre e Arapuã, a questão não é só de segurança pública, de banditismo ou coisa parecida, lá o que está acontecendo, eu diria sem medo de errar, são crimes, são atentados com motivação política. Já disse isso ao secretário Tavares. Já disse isso ao doutor Leonil, já disse isso ao comandante da Polícia Militar e já disse isso também ao doutor Clóvis Galvão.

Existe, inclusive, conversas de esquinas, de boteco, que nos levam a acreditar que nós próprios corremos risco de vida, por comentários que se escuta nas curvas e nas esquinas das nossas cidades. Tudo isso nós já falamos e não pedimos proteção porque sabemos que com as pessoas que estamos lidando não vai ser um dos policiais que vai impedir deles fazerem, se quiserem, uma coisa mais agressiva. Se quiserem fazer porque essas pessoas que estão dizendo que farão, têm competência para fazer muito mais do que estão fazendo.

Então medo não temos porque não adianta ter medo, se eles quiserem fazer, eles fazem, não adianta, se decidem fazer, farão. Decidiram surrar o nosso radialista, surraram, decidiram ameaçar, como vinham dizendo, o vereador Ciro, ameaçaram. Se quiserem fazer coisas mais graves farão porque, infelizmente, a nossa Polícia e o Poder Judiciário não tem tido a competência e a agilidade necessária, e o despreendimento. Porque no caso do radialista nós dissemos ao delegado. "Esse escrivão que está conduzindo as investigações, não pode, porque esse rapaz tem uma história de ligação com aqueles que são suspeitos. E não deu nada, até agora, já transcorreram 30 dias e não deu nada. Então parabéns deputado Colombo, pela providência que pede em relação ao vereador Ciro.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (Pela Ordem)

Senhor presidente, quero anunciar a presença do ex-deputado estadual, ex-prefeito e ex-deputado federal Werner Wanderer, que está aqui presente.

O SR. PRSIDENTE (Hermas Brandão)

Em discussão o requerimento do deputado Colombo. Votação. **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 10, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 370/99 e do Projeto de Lei Complementar nº 422/2000 e dos Projetos de Lei nºs 444/99, 007, 008 e 035/2001.

Marco ainda, uma Sessão Extraordinária para logo após a Sessão Ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 018/98, 004, 020, 053/2000 e 001/2001.

Levanta-se a sessão.

Atas de Comissão:

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

Aos quatro dias do mês de abril de dois mil e um, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor deputado Basílio Zanusso e com a presença dos seguintes deputados: Algaci Tulio, Duílio Genari, Hermes da Fonseca, Antonio Carlos Belinati, Plauto Miró Guimarães, Serafina Carrilho, José Maria Ferreira, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Caíto Quintana, Orlando Pessuti e mais os deputados Durval Amaral e Marcos Isfer. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 028/2001 de autoria da deputada Serafina Carrilho e do deputado Edson Praczyk. Parecer FAVORÁVEL do deputado Sérgio Spada, lido pelo deputado Duílio Genari

- APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 041/2001 de autoria do deputado Eli Ghellere. Parecer FAVORÁVEL do deputado Sérgio Spada - APROVADO; 03) Proposição-Veto nº 021/2001 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário, do deputado Sérgio Spada, lido pela deputada Serafina Carrilho - APROVADO; 04) Proposição-Veto nº 010/2001 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário, do deputado Sérgio Spada, lido pela deputada Serafina Carrilho - APROVADO; 05) Proposição-Veto nº 028/2001 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário, do deputado Sérgio Spada, lido pela deputada Serafina Carrilho - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta comissão.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
TERMO DE ATA**

Aos nove dias do mês de abril de dois mil e um, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor deputado Caíto Quintana e com a presença dos seguintes deputados: Durval Amaral, Hermes Fonseca, Carlos Simões, Plauto Miró Guimarães e Orlando Pessuti. Não havendo número legal, declarou-se transferida a presente reunião. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei o presente Termo de Ata, que após lido e aprovado será assinado pelo senhor presidente, pelos senhores deputados e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária de comissão.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária